

Mátria

ISSN 1980-8994



Ano 15
Vol.1 No.15
Edição 2017

ENTREVISTA

Marcia Tiburi,
autora do livro
**Como conversar
com um fascista**

EDUCAÇÃO

**Retrocessos
e prejuízos
com a Emenda
Constitucional 95**

AMÉRICA LATINA

**Mulheres unidas
contra a direita**



ENCARTE TEÓRICO PÁG. 31

A reforma da previdência
(PEC 287) e os impactos para
as mulheres trabalhadoras



Capa: Bruno Soares
Ilustração: Chico Régis

EDITORIAL

1 **No balanço de perdas e danos... Sigamos!**

Diretoria Executiva da CNTE

ARTIGOS

6 **A imagem da mulher na mídia em tempos de conservadorismo: bela, recatada e do lar?**

Rachel Moreno

16 **O projeto Escola sem Partido é uma tentativa de amordaçar os professores**

Raimunda Gomes e Renato Bazan

24 **Elas ocupam**

Carina Vitral

ENCARTE TEÓRICO

31 **A reforma da previdência (PEC 287) e os impactos para as mulheres trabalhadoras**



Thamires Silva

REPORTAGENS

CONGRESSO

2 **A resistência das mulheres no Congresso Nacional**

Amanda Vieira

CENTRAIS SINDICAIS

5 **Trabalhadoras reagem à pauta conservadora**

POLÍTICA

8 **Mulheres nos parlamentos municipais: barreiras e exceções**

Amanda Vieira

ENTREVISTA

12 **Marcia Tiburi: A Democracia é colorida, o fascismo não**

Katia Maia

CAPA

18 **E assim se passaram 100 anos!**

Katia Maia

JUVENTUDE

26 **Asas para voar**

Katia Maia

AMÉRICA LATINA

28 **Haja mão para tanta bandeira!**

Niara de Oliveira

INTERNACIONAL

38 **As suas, as minhas, as nossas lutas!**

Katia Maia

GÊNERO NA CNTE

41 **São dois pra lá, duas pra cá**

Amanda Vieira

DIVERSIDADE

42 **A insustentável leveza do gênero**

Katia Maia

INCLUSÃO

46 **Muito pior do que está**

Ludmila Pizarro

REALIDADE

50 **Minha avó, minha vida**

Katia Maia

INSPIRAÇÃO

54 **"Encontrei na educação outro rumo"**

Katia Maia

IGUALDADE

57 **Abayomi: aquela que traz felicidade**

Amanda Vieira e Katiane Ribeiro

58 GIRO 59 INTERAGINDO 60 SUGESTÃO DE ATIVIDADES

No balanço de perdas e danos... Sigamos!

Vivemos tempos de incertezas e insegurança. O ano de 2017 começou sob os efeitos danosos de um período no qual o Brasil sofreu um golpe jurídico-parlamentar e misógino. Desde então, vivenciamos uma sequência de recuos e perdas de direitos. Tempos de desconstrução, quando, na verdade, deveríamos estar na direção de avançar cada vez mais. Nação alguma sobrevive a um golpe sem que tenha pela frente o retrato de um povo desamparado e imerso em perdas, danos e incertezas.

A Revista Mátria reflete este momento e o impacto dele sobre as mulheres. E não poderia ser diferente. Portanto, nesta edição apresentamos a reflexão e convidamos a aprofundar o debate sobre um dos maiores ataques ao povo brasileiro, que é a Reforma da Previdência, que atingirá, de forma mais grave, as mulheres, a luta pelos espaços de poder e decisão no parlamento e a sua resistência frente a todos os obstáculos.

Trazemos as bandeiras das mulheres e sua unidade frente à ofensiva da direita da América Latina. O momento atual em contraste com o vivido há um século, quando, na Rússia, centenas de milhares de mulheres tomavam as ruas e avançavam em conquistas jamais vistas na história. A Revolução Russa completa agora, em 2017, cem anos. Desde lá, a presença das mulheres nos grandes movimentos de massas por direito ao voto, à educação de qualidade, pelos direitos sexuais e reprodutivos, Diretas Já, igualdade no trabalho e na vida, pelo fim da violência doméstica, mais espaços de poder e decisão até eleger a primeira presidenta brasileira, foi uma trajetória de vida e de luta de milhares de mulheres, determinante para conseguirem transformar muitas de suas lutas em políticas públicas, que impactaram positivamente o povo brasileiro.

A história se encarrega sempre de provar que a luta de classes persiste e que numa sociedade onde os interesses das elites estão acima do estado democrático de direito, nenhuma conquista está assegurada. A onda conservadora, no ano do centenário da Revolução Russa, não poupou a própria Rússia, que legalizou a violência contra a mulher ao definir que existem "violências leves" que podem ser praticadas.

O retrocesso civilizacional vem como um tsunami. Mas em meio a toda essa conjuntura adversa, as mulheres foram às ruas, como flores que brotavam em meio ao asfalto, trazendo a primavera, a beleza e o perfume de sua coragem, resistência e ousadia. Grandes mulheres levantaram sua voz nas ruas e no parlamento em defesa da democracia. Jovens mulheres como Carina Vitral, presidente da UNE, à frente do movimento estudantil, enfrentaram a truculência da repressão nas ruas e no Congresso Nacional. Ana Júlia, a estudante que calou os deputados de seu estado, na defesa dos estudantes das ocupações, chamando à reflexão sobre a escola que queremos.

Assim como milhares de mulheres anônimas que, nos ambientes mais improváveis, descobrem forças para mudar suas vidas, como Ravena Carmo, jovem mulher negra, em uma unidade de recolhimento socioeducativo, que passou em primeiro lugar para a Universidade de Brasília. Mulheres que ainda não se sentem representadas nos estereótipos criados reforçados pela grande mídia, e resistem reafirmando sua história, sua cultura, sua militância. Mulheres que aprenderam que a solidariedade entre os povos nos torna mais fortes. Mais que uma revista para mulheres, a Revista Mátria oferece debate e reflexão para homens e mulheres responsáveis pela construção de um mundo de igualdade contra toda opressão. No balanço de perdas e danos... Sigamos!

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 15 (mar. 2016/mar. 2017) – Brasília: CNTE, 2003- Anual ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

A resistência das mulheres no Congresso Nacional



Por Amanda Vieira

As lideranças femininas do campo progressista enfrentam a onda conservadora que coloca em risco não só a educação, mas o conjunto dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

Desde que o presidente ilegítimo Michel Temer usurpou o comando do governo federal em 2016, o Congresso Nacional passou a aprovar medidas consideradas prejudiciais à grande maioria da população. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 - que nasceu como PEC 241 e após a tramitação se tornou a Emenda Constitucional 95 - foi uma das iniciativas mais simbólicas desse cenário: apelidada de “PEC da Morte”, impôs a redução de investimentos em saúde, educação e previdência por pelo menos 20 anos.

“Estamos vivendo uma ruptura democrática e isso ameaça os direitos”, avalia a deputada federal Erika Kokay (PT-DF). Ela ressalta que esse corte de investimentos sociais, sobretudo no direito à educação, é o coração do golpe: “A reforma do ensino médio e as medidas como o projeto ‘escola sem partido’ são instrumentos para

calar a política mais transformadora e libertadora, que é a educação”.

Consequências para as mulheres - A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) alerta sobre os segmentos mais afetados por essa onda conservadora: as mulheres, o magistério e os trabalhadores rurais. “O governo ilegítimo simplesmente ignora as peculiaridades do dia a dia das mulheres, desconhece a tripla jornada de trabalho, o turno não remunerado, entre outras coisas, e quer igualar a idade de aposentadoria das mulheres com a dos homens”, pontua.

A parlamentar também relata o abuso no caso do magistério: “O governo ilegítimo quer retirar a aposentadoria especial dos professores, uma conquista de gerações. Hoje, os profissionais do magistério são obrigados a contribuir com no mínimo 25 anos, no caso das mulheres, e 30 anos, no caso dos homens. Só que, pasmem,

se depender dos golpistas essa regra será extinta e os professores terão que contribuir 49 anos”. Fátima conclui: “Eu não tenho outra palavra para descrever isso a não ser maldade”.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) declara que está na Comissão de Seguridade há muitos anos e que nunca viu nada tão perverso como a proposta da Reforma da Previdência (PEC 287), apresentada pelo governo federal. “A gente precisa entender que nessa fase do capitalismo o cidadão é quem pode consumir. A apologia é ao individualismo e à competição, não é ao coletivo”, reflete.

Resistência - Como medida para tentar frear o avanço da pauta conservadora, a deputada Luiza Erundina (PSOL -SP) apresentou PEC 299 de 2016, que inclui os direitos sociais entre as cláusulas pétreas. Na prática, isso significa que os direitos sociais contidos na Constituição (art. 6º - educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social etc.) não poderão ser suprimidos. No entanto, o perfil conservador do Congresso impõe muita dificuldade para a aprovação desse tipo de matéria.

Por isso, as parlamentares do campo progressista recorrem à mobilização. Na avaliação da senadora Fátima Bezerra “é preciso elevar a temperatura da oposição no interior do Parlamento e, através das frentes populares, movimentos sociais e partidos progressistas, esclarecer cada vez mais a sociedade brasileira acerca do conteúdo de cada medida conservadora do governo, de modo a ampliar a mobilização social”.

Fátima ressalta que os movimentos sociais e partidos políticos do

“**Nós precisamos fazer pressão nas cidades de origem dos deputados, onde o voto deles é garimpado, é ali que vamos conseguir barrar essa reforma**”

Jandira Feghali (PCdoB-RJ)



Foto: Zeca Ribeiro - Câmara dos Deputados

campo democrático-popular estão conscientes de que a única forma de barrar a agenda conservadora é interromper o governo derivado do golpe: “Isso somente seria possível via aprovação de uma emenda constitucional ou via convocação de uma Constituinte”, analisa.

Jandira Feghali é integrante da Comissão Especial da PEC 287 (Reforma da Previdência), mas alerta: “Não imaginem que fazer parte de uma frente de lutas dentro do Congresso resolve: nós precisamos fazer pressão nas cidades de origem dos deputados, onde o voto deles é garimpado, é ali que vamos conseguir barrar essa reforma”, acredita.

“**O governo ilegítimo simplesmente ignora as peculiaridades do dia a dia das mulheres, desconhece a tripla jornada de trabalho, o turno não remunerado, entre outras coisas, e quer igualar a idade de aposentadoria das mulheres com a dos homens**”

Fátima Bezerra (PT-RN)



Foto: Vinícius Eiras



“**A reforma do ensino médio e as medidas como o projeto ‘escola sem partido’ são instrumentos para calar a política mais transformadora e libertadora, que é a educação**”

Erika Kokay (PT-DF)

A deputada Erika Kokay avalia que é fundamental que os parlamentares atuem com lideranças populares, sindicais, educadores e educadoras, de modo a traduzir o conteúdo do golpe para o conjunto da população. “É por isso que nunca se atacou tanto a educação. Eles [os golpistas] temem a educação. O que nos cabe nesse momento é fazer valer o nosso potencial libertador e traduzir esses conteúdos para o conjunto da população”, reforçou a deputada.

Bancada Feminina - se dependesse da bancada feminina, o golpe parlamentar não teria sido aprovado no Senado. Das 13 senadoras, sete votaram contra o impeachment por considerá-lo uma fraude jurídica e uma farsa política, na medida em que não houve crime de responsabilidade. A senadora Fátima Bezerra destaca: “Com muito orgulho, estive ao lado das senadoras Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Kátia Abreu, Regina Sousa, Ângela Portela e Lídice da Mata, levantando a bandeira da democracia, naquele triste momento para o Brasil. Mas, lamentavelmente,

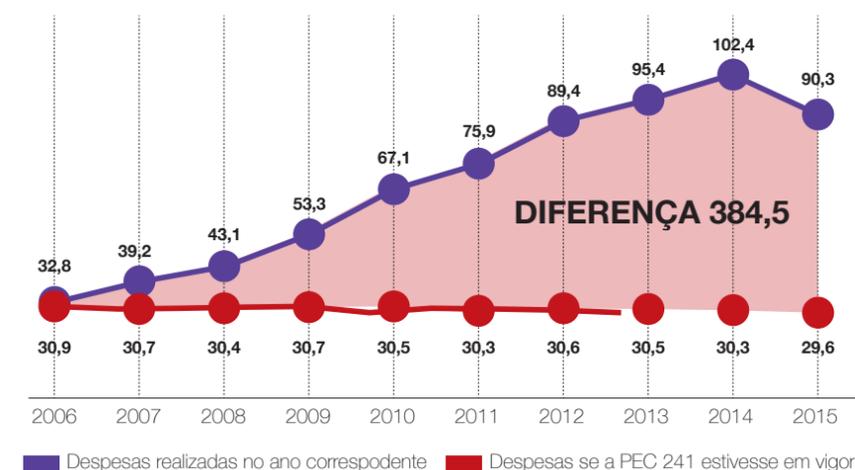
não podemos desconhecer que as bancadas femininas são compostas por parlamentares dos mais diversos perfis ideológicos”, registrou.

CONJUNTURA

Cortes orçamentários: A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou nota condenando a PEC da Morte, destacando que se trata de uma ameaça aos direitos humanos e que, se adotada, poderá colocar toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais. Em outubro de 2016, a Procuradoria Geral da República emitiu um parecer que afirmou que a PEC 241 seria inconstitucional.

Previdência: o movimento “Mulheres Contra a Reforma da Previdência” foi lançado na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2017. Os membros dessa frente enfatizam a importância da luta das mulheres contra a Reforma, estabelecendo estratégias de comunicação e grandes mobilizações para denunciar à sociedade o pacote de retirada de direitos propostos pelo Governo Temer, centrando forças no próximo 8 de março, data do Dia Internacional da Mulher. O movimento é coordenado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres; Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Secretaria da Mulher da Câmara; e Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

GASTOS COM EDUCAÇÃO QUE NÃO EXISTIRIAM COM A PEC 241 (Em R\$ bilhões)



Fontes: Orçamento Brasil e IBGE. Elaboração: Dieese.

Trabalhadoras reagem à pauta conservadora



Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras (FNMT)

Após o golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência, as integrantes do Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais (FNMT) vêm se reunindo para debater a atual conjuntura e organizar a resistência ao golpe. “A unidade das mulheres do Fórum das Centrais é fundamental para que possamos barrar as perdas de direitos. Apesar das diferenças de cada central, o Fórum foca na luta em defesa das trabalhadoras”, explica Juneia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Entre as ações de 2017, o Fórum vai priorizar o combate à reforma trabalhista e à da previdência, temas que serão pauta de manifestações ao longo

do ano. Para isso, as lideranças já estão mobilizando os presidentes das centrais sindicais e se articulando com movimentos populares diversos.

Para Ivânia Pereira, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), “o enfrentamento à pauta conservadora tem que combinar uma discussão ampla na sociedade, que nos permita desvendar e desconstruir as amarras da cultura milenar que estruturou e consolidou as desigualdades de gênero”. Ivânia reafirma o compromisso da CTB com a defesa dos direitos humanos das mulheres e em geral, como instrumento da construção de um mundo justo, fraterno e livre de toda forma de opressão.

É consenso entre as centrais sindicais de que a proposta do governo federal de reformar a previdência retira direitos da classe trabalhadora. Na avaliação de Juneia Batista, igualar o tempo com os homens é o primeiro grande problema da proposta apresentada pelo governo federal: “As mulheres podem até viver mais, como muitos estudos apontam, porém elas têm tripla jornada - ainda são, majoritariamente, responsáveis pelas tarefas domésticas”, ressalta. Para ela, a reforma da previdência vai afetar ainda mais as mulheres rurais que, além de ter de trabalhar mais 10 anos para se aposentar, terão de contribuir para receber o benefício: “As mulheres do campo começam a trabalhar muito mais cedo e ainda ganham um salário mínimo”, pontua.

O Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras vai seguir lutando contra a PEC 55, agora Emenda Constitucional 95, promulgada pela Câmara dos Deputados, alertando sobre o retrocesso desta medida. Além disso, continuará nas ruas pelo fim da violência contra mulher: “Para barrar o retrocesso só tem um jeito: ir pra rua!”, resumiu Juneia Batista.

O Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras (FNMT) é formado por representantes das centrais CUT, CTB, UGT, Força Sindical e Nova Central.



Rachel Moreno

Psicóloga formada pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Sexualidade Humana e Mestrado em Meio Ambiente e Sociedade (Fundação-Escola de Sociologia e Política de S. Paulo) e (inc) em psicologia (USP). Tem mais de 30 anos de militância nas questões de gênero, da qual foi uma das pioneiras no Brasil. É fundadora do Observatório da Mulher. Trabalha com pesquisa, psicologia, sexualidade e questões de gênero.

A imagem da mulher na mídia em tempos de conservadorismo: bela, recatada e do lar?

A “primavera feminista”, a transversalidade da questão de gênero, as nossas demandas e conquistas têm nos mostrado mobilizadas na rua, presentes em todos os espaços sociais, profissões, cursos e faculdades, indicando que a nossa parte na “lição de casa” foi e está sendo feita.

Se, por um lado, histórica e recentemente, reivindicamos os nossos direitos e a equidade de gênero, por outro lado, fizemos a nossa parte da lição de casa, aproveitando e adentrando todos os espaços conquistados. Mas o processo não se dá sem problemas e contradições.

Assim, estudamos mais, estamos em todos os cursos (e com notas melhores) e em todas as profissões – embora não com tanta frequência nas profissões mais bem remuneradas, e não tão presentes nos cargos superiores.

Aumentou a nossa participação na manutenção financeira familiar e somos chefes de família (muitas vezes mono-parental) em quantidade significativa (39,8%).

Trazemos o salário para casa, sendo ele através de trabalho formal ou solidário, informal, ao qual acumulamos muitas horas de trabalho doméstico, que nos consome, no mínimo, 4 horas diárias e não remuneradas, nem reconhecidas enquanto trabalho – haja visto o questionamento do governo atual, que se propõe a abolir os 5 anos de “vantagem”

que temos, em termos da idade para aposentadoria, alegando também que estaríamos “custando mais” para o governo, em função de nossa maior longevidade!

Mas continuamos ganhando 70% da massa salarial dos homens, e com diferenças maiores no caso das mulheres negras.

Recentemente, as mulheres, na Islândia, decidiram parar de trabalhar às 14 horas, por considerarem que o salário delas cobria apenas este pedaço da jornada. As francesas, encantadas com o exemplo, calcularam que o que elas ganham paga só até novembro, quando elas então deveriam parar de produzir. Em Barcelona, a prefeita (de esquerda e feminista) chamou os representantes do movimento feminista, dos empresários e do governo para discutirem, planejarem e implementarem uma política gradual que, rapidamente, garantisse que “a trabalho igual” se recebesse “salário igual”.

Aqui, essa discussão ainda está longe, embora já haja quem defenda um dia de não-trabalho feminino neste dia 8 de março (dia internacional da mulher).

Os espaços públicos não são planejados de modo a atenderem igualmente homens e mulheres – o “conforto” do transporte público e o seu trajeto estão longe de contemplar as necessidades femininas. E nem as dos homens modernos, como ilustra

o espanto de um pai que, indo buscar a esposa no aeroporto, precisava trocar a fralda do nenê; e não encontrava um fraldário em outro lugar senão ... no banheiro feminino, onde ele não podia entrar!

Começamos a nos queixar do assédio no transporte público e na rua (campanha “chega de fiu fiu”).

Comportamento da Mídia.

Comprometida com o golpe, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, a mídia se comprometeu e defendeu um lado – o lado do golpe.

Somando-se ao Judiciário e ao Parlamento, o “manchetômetro” acusou um número infinitamente maior de manchetes e matérias negativas à Dilma e ao PT, num desequilíbrio ostensivo. E, junto com essa postura política, acentuou o seu apoio ou condescendência às medidas machistas do governo.

Assim, a mídia internacional reagiu e se manifestou contra o que apelidou de “machistério” (o ministério de Temer, composto exclusivamente de homens, brancos), sem que a nossa mídia local esboçasse qualquer crítica, ou reproduzisse as que foram aqui expressas – nem as mais recentes, como o lançamento da anti-candidatura de Beatriz Vargas Ramos ao Supremo Tribunal Federal.

O Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e da Juventude foi reduzido a uma Secretaria, encaixada no Ministério da Justiça, sob o comando de... Alexandre Moraes. E encabeçada por Fátima Pelaes, sobre quem não só pesam denúncias de desvio de recursos públicos, como tendo ela já se manifestado publicamente contra alguns dos direitos mais caros às mulheres (votou contra um PL que propunha o pagamento de “salário igual, a trabalho igual”, e se posicionou pelos “direitos do nascituro” e contra o direito ao aborto, reivindicado pelo movimento feminista). E, apesar de nossos protestos, também expressos pela renúncia de metade do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a mídia nada noticiou...

A grande mídia - não satisfeita com o tratamento que já havia dispensado à presidenta, amplificando as críticas a ela feitas no outro mandato, as vaias dos ocupantes dos lugares mais caros na época da Copa que aqui hospedamos, os comentários característicos com relação a seu peso,

sua roupa, seu penteado (coisas que não merecem a atenção nos casos dos homens no poder) – decidi ainda nos brincar com um modelo de mulher, que esperavam poder se transformar em aspiracional, e fazer parte da formação de nossa subjetividade, “corrigindo” o “desvio” das meninas que haviam ousado se imaginar ou sonhar, projetando-se na primeira mulher presidenta em 500 anos de história do Brasil. E nos bombardeou com a imagem de Marcela Temer, devidamente qualificada e etiquetada como “bela, recatada e do lar”. (Impondo-a como modelo socialmente desejável. E sem nenhuma crítica ou suspeita sobre a paixão (?) que uniu estes dois seres distantes por 43 anos de diferença.)

E, assim, à imagem de “bela, recatada e do lar” se acrescentaram outros estímulos, reforçando o mesmo modelo – como quando se ofereceu cursos de “Princesamento” às meninas...

Atribuíram à Primeira Dama o programa “Criança Feliz”, a partir do qual ela só se manifesta com autorização e copydesk do maridão. E, quando o faz, reforça a importância do papel materno para o desenvolvimento infantil:

“Cercada de carinho e cuidados específicos desde a gravidez, uma criança terá mais possibilidade de aprendizado quando chegar a escola”. Marcela destacou que “tais cuidados evitam adolescentes agressivos.”

Outros problemas e retrocessos que sofremos, como quando, por iniciativa da Bancada Evangélica, derrubaram a discussão das questões de gênero do PNE, a pretexto de que “estimularia a pedofilia” (!), a mídia nada disse ou discutiu. Assim como não abre espaço para o posicionamento crítico frente ao projeto de “Escola sem Partido”. Falta à grande mídia a diversidade, na representação da mulher brasileira; a pluralidade, por não contemplar os diversos pontos de vista sobre as questões discutidas; e o espaço para discussão de nossas demandas e prioridades, enquanto mulheres.

Sobra-lhe a culpa de contribuir para a manutenção da violência de gênero, através de sua banalização ou espetacularização, e de seu reforço através da reprodução dos estereótipos e preconceitos.

Mulheres nos parlamentos municipais: barreiras e exceções

Por Amanda Vieira



Áurea Carolina foi a vereadora mais votada em Belo Horizonte (MG)

Apesar das campanhas para melhorar a representatividade feminina na política, o número de mulheres eleitas nas prefeituras e câmaras de vereadores em 2016 continua baixo. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as 641 mulheres eleitas ao cargo de prefeita nas eleições municipais de 2016 representam 11,57% do total. O número apresentou queda em relação ao pleito de 2012, quando elas somavam 659 prefeitas eleitas, o que correspondeu a 11,84% do total.

Nas câmaras municipais, o número de vereadoras teve um aumento muito sutil. Segundo o TSE, no ano passado, 13,5% dos vereadores eleitos são mulheres – ou 7,8 mil de 57,8 mil candidatos. Há quatro anos, o percentual foi de 13,3% – 7,7 mil de 57,4 mil candidatos.

Na avaliação de Carmela Zigoni, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), esse resultado faz parte de um fenômeno complexo, que conjuga o avanço dos fundamentalismos no país, a face meramente figurativa do Estado laico, e as desigualdades de gênero e raça como estruturantes em nossa sociedade. Ela descreve:



“Temos o machismo dentro dos partidos e o machismo de eleitores, reproduzindo esta lógica. No caso dos partidos, em geral cumprem a cota de candidatas, mas pouco apoiam tais candidaturas de fato”

Carmela Zigoni

“Temos o machismo dentro dos partidos e o machismo de eleitores reproduzindo esta lógica. No caso dos partidos, em geral cumprem a cota de candidatas, mas pouco apoiam tais candidaturas de fato”.

Impeachment – Ao ser questionada sobre a conjuntura que levou à queda da presidenta Dilma Rousseff, Carmela Zigoni responde: “Não é possível relacionar o impeachment à diminuição de mulheres eleitas, pois para tanto seria preciso uma pesquisa complexa para captar uma possível relação”. Ela ressalta, no entanto, que não são fenômenos isolados e têm relação com o machismo: “No caso do impeachment, vimos como a construção das narrativas contra Dilma Rousseff, desde as eleições de 2010, muitas vezes se baseavam em construções machistas e misóginas. É só resgatar matérias da mídia, discursos da oposição e diálogos nas redes sociais”, sintetizou Zigoni.

Gênero e raça – Um estudo elaborado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) apontou que as mulheres negras



Senadora Vanessa Grazziotin

Proposta para garantir mais mulheres no poder

As mulheres poderão vir a contar com 30% dos assentos na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. A reserva de vagas está contida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2015, que está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi uma das principais bandeiras da bancada feminina do Congresso Nacional nos dois últimos anos. O texto foi apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e subscrito por mais de 30 senadores. Se aprovado, terá de ser votado em dois turnos pelo Plenário do Senado, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.



Juliana Cardoso, vereadora eleita do PT em São Paulo, foi agredida por assessores de vereador do DEM

serão o grupo social de menor representatividade no Legislativo municipal nos próximos quatro anos. De acordo com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas 2.866 pretas e pardas foram eleitas para um total de 57.592 cadeiras nas Câmaras de Vereadores. Isto é: 5%.

A pesquisa do CFEMEA também mostra que as prefeituras terão uma cara branca e masculina: 70,3% dos eleitos (homens e mulheres) para as prefeituras são brancos. Os outros menos de 30% postos estão divididos entre pardos, pretos, indígenas e amarelos, com forte concentração (27,4%) no primeiro grupo. Apesar do número expressivo de candidaturas de pessoas negras (49% do total), o estudo atribui o baixo índice de campanhas negras vitoriosas à falta de capital político - faltam recursos financeiros, apoio do eleitorado e,

principalmente, investimento dos partidos políticos.

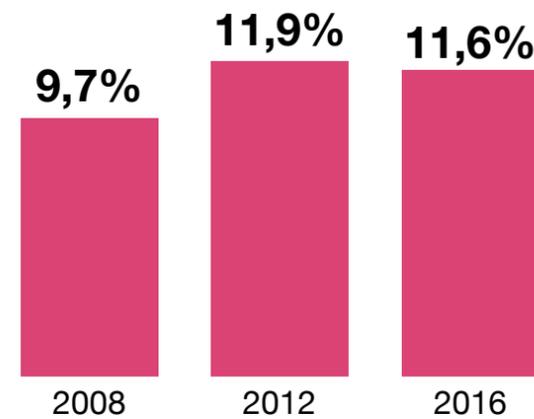
Exceções – Contrariando a tendência geral, algumas capitais se destacam pelo aumento no número de representantes femininas (em São Paulo essa proporção foi de 9% para 20% e em Natal foi de 13% para 27%). Na capital paulista, a vereadora Juliana Cardoso (PT-SP), eleita com 34.949 votos, chegou a ser agredida fisicamente e verbalmente por assessores do também eleito vereador Fernando Holiday (DEM-SP). Na ocasião, ela relatou o caso no plenário da Assembleia Legislativa e em nota fez um apelo à casa: "pedimos a todos que puderem que nos apoiem neste momento de ataque ao nosso direito de ocupar e resistir neste espaço que nos foi dado por 34.949 mil eleitores." Também cabe registrar o fenômeno das vereadoras negras que ultrapassaram todas as

barreiras e foram as mais votadas em seus municípios: Áurea Carolina, em Belo Horizonte (MG), com 17.420 votos, e Talíria Petrone, em Niterói (RJ), com 5.121 votos. Para Carmela Zigoni, essas exceções devem ser creditadas aos movimentos sociais: "As candidaturas de mulheres em geral, e as de mulheres negras especificamente, por contarem com pouco ou nenhum financiamento, vão em frente graças à mobilização da sociedade, seja para vaquinhas virtuais, ou para o convencimento "corpo a corpo" de eleitores nas ruas e nas redes sociais".

Perspectiva – Para Carmela Zigoni, é necessário manter a mobilização social que possa trazer o Brasil de volta à democracia. "Neste cenário, as desigualdades de gênero e raça devem vir no centro do debate, e não relegadas, mais uma vez, a uma transversalidade ineficiente", conclui Zigoni.

MULHERES NAS ELEIÇÕES

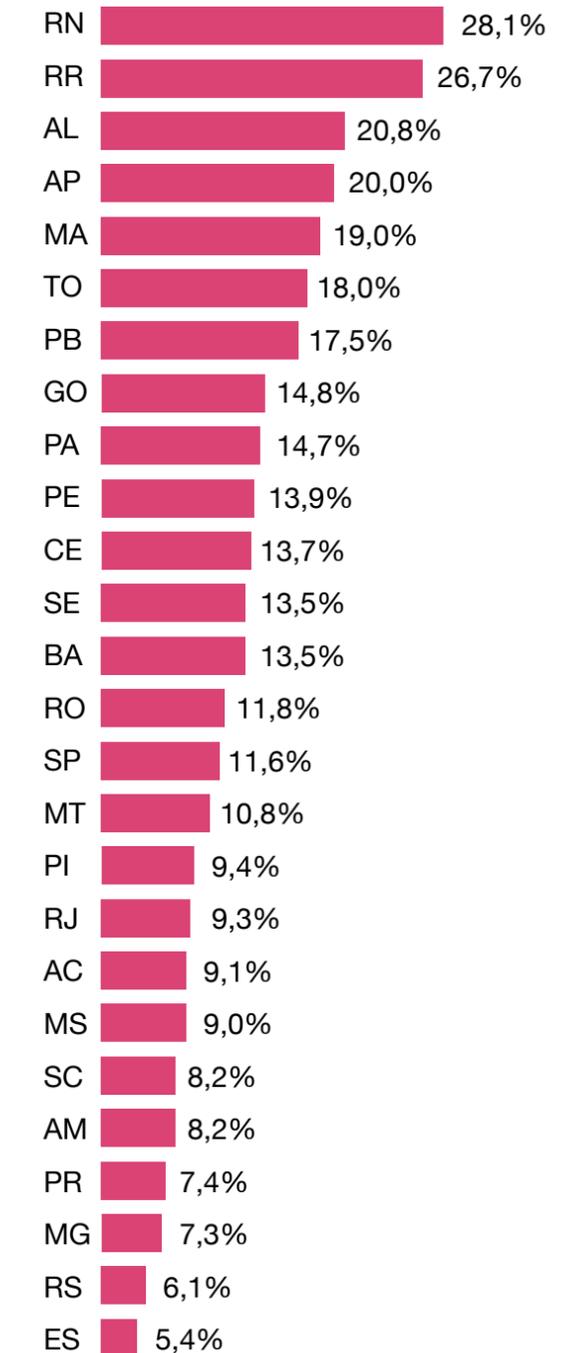
(Percentual do país)



Fonte: Tabulação a partir de dados da Justiça Eleitoral; apenas candidatas a prefeita

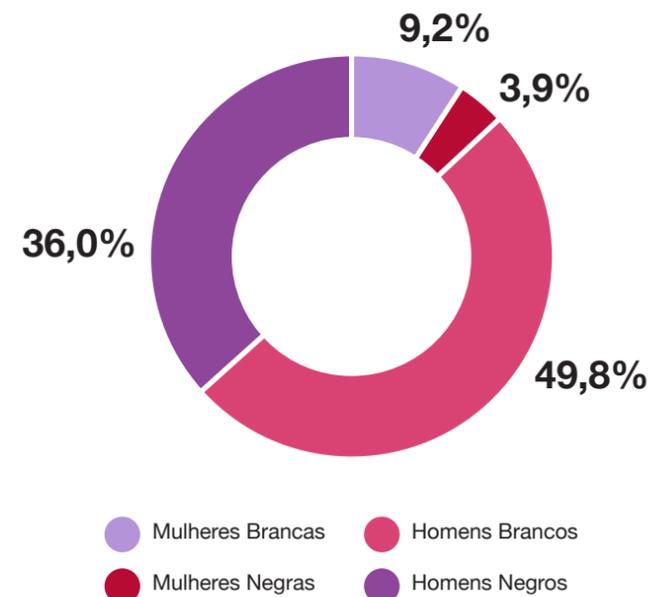
REPRESENTATIVIDADE FEMININA

Mulheres eleitas em relação às cidades com eleição 2016 definida



Fonte: Tabulação a partir de dados da Justiça Eleitoral; apenas candidatas a prefeita

SEXO E RAÇA DOS VEREADORES ELEITOS NAS CAPITAIS DO BRASIL



Fonte: Inesc, com dados do TSE

A Democracia é colorida, o fascismo não

Por Katia Maia



Uma conversa com um fascista dificilmente terá diálogo, democracia, educação para a liberdade, conhecimento, presença e opinião do outro. Marcia Tiburi, filósofa e escritora, procura, em seu último livro, traçar o perfil dos fascistas que frequentemente transitam no cotidiano da população. Pessoas que, muitas vezes, passam despercebidas - com suas posições autoritárias, vazias de diálogo e conhecimento.

No livro 'Como conversar com um fascista', Marcia revela que o fascismo possui uma ideologia: a de negação. "Nega-se tudo (as diferenças, as qualidades dos opositores, as históricas, a luta de classes etc.), principalmente o conhecimento e, em consequência, o diálogo capaz de superar a ausência de saber. O fascismo é cinza e monótono, enquanto a democracia é multicolorida e em constante movimento", escreve.

Marcia conversou com a Revista **Mátria** e nos convida a uma reflexão sobre a mídia, as redes sociais, a situação da mulher, a política e os mecanismos autoritários que nos colocam face a face com fascistas contemporâneos.

Começando pelo título do livro. É uma ironia?

Claro, porque um fascista não se propõe a dialogar. Com personalidade autoritária, possui uma incapacidade de se colocar na dimensão do outro. Fascista, então, é aquela pessoa na qual falta a dimensão do outro, que não conversa, entende, compreende ou imagina a perspectiva do outro.

Atualmente, vive-se muito o momento da falta de coletividade. A sociedade está muito ensimesmada?

É uma característica da nossa época, a perda do senso de sociedade. O próprio conceito de sociedade está ausente, digamos assim, e, neste sentido, podemos dizer que há uma exacerbação da ilusão individualista. Nós vivemos mergulhados nessa ilusão de que estamos sós e de que somos sós. É a ilusão individualista e, na sua exacerbação, ela é experimentada por nós como uma espécie de mérito próprio.

É o que se chama de meritocracia?

O que a gente chama de meritocracia é o efeito da ilusão individualista. As pessoas acreditam que elas estão sós e que sozinhas serão capazes de superar todos os problemas que venham a acontecer em suas vidas. Toda noção de sucesso, competência, toda crença que as pessoas têm de que vão superar obstáculos, tem a ver com esta visão individualista.

Este individualismo tem a ver com o neoliberalismo?

A gente está vivendo um avanço radical do neoliberalismo na sociedade brasileira, mas as pessoas, por conta da visão individualista, acreditam que não acontecerá com elas o que acontece com muita gente do contexto neoliberalista.

As pessoas acreditam que elas são especiais e compram essa ilusão, que é vendida pela publicidade, pelas religiões, por todo esquema para o consumo. Esta é a questão: não é que a gente tenha desenvolvido uma perspectiva mais individualista, isto é forjado no próprio sistema.

É a falta de diálogo que você aborda no livro?

A falta de diálogo também não é algo que as pessoas inventaram sozinhas. Há todo um clima e uma cultura contrários ao diálogo. O capitalismo é contrário ao diálogo, porque ele é a favor da guerra, da disputa, da competitividade que a gente vê no cotidiano, também dentro das empresas, em toda uma lógica de mercado.

E onde fica o discurso?

A gente vive, na verdade, um convite a não dialogar. E qual é o contrário do diálogo? No livro, o contrário do diálogo é o discurso. O discurso é o pensamento pronto.

O diálogo convida à discussão, à reflexão, ao pensamento, ao entendimento. Infelizmente, isto não é uma característica desta época.

A internet ajuda muito ao não diálogo.

As redes sociais são um caso bastante específico. A gente aprendeu com os discursos que vêm das igrejas, na história - não falo apenas as de hoje, a não dialogar. Nos meios de comunicação de massa também, quando você pega a televisão, ela já vem, desde o seu nascedouro, sem o diálogo. Já é um tipo de comunicação que não providencia o diálogo.

Quando a internet chega para nós, compramos a ideia de que existe uma interação. No entanto, as pessoas não vieram para essa interação na internet com base na comunicação. Na internet falta, por exemplo, a educação, o básico da civilidade, o simples decoro.

Esta falta de decoro vem de onde?

O decoro que a gente não vê na internet também não é inventado pelas pessoas. Se pegarmos o modo como nossos políticos agem - grande parte deles - muito longe do decoro, a coisa fica bem séria e fácil de visualizar.

Existe, na verdade, uma espécie de espelhamento do comportamento da sociedade, que se expressa nas redes sociais, e do comportamento de pessoas públicas que têm espaço na mídia. Esse discurso preconceituoso, violento, casa perfeitamente com a parafernália, os equipamentos de esvaziamento da subjetividade. As pessoas estão esvaziadas.

Este vazio abre espaço para o ódio, o autoritarismo?

É fácil fomentar o ódio. Os políticos usam o discurso do ódio ou do amor conforme suas necessidades. Neste momento, os meios de comunicação estão usando o ódio, porque ele é interessante na circunstância da política atual.

A eleição de Donald Trump, nos EUA, é resultado da falta de diálogo, de as pessoas comprarem uma versão pronta, fascista?

Na verdade, não existe diálogo algum, é zero grau de diálogo. O meu livro é uma ironia. Como conversar com um fascista - é impossível. No entanto, o esforço que temos de fazer na nossa época é em não nos transformarmos em figuras autoritárias fascistas. O que define o fascista no meu livro? A personalidade autoritária.

“E as próprias pessoas, o cidadão comum, esse que vê TV, que vai para a internet, esse que vota, ele está sendo evidentemente manipulado, comprando um discurso que ele repete como se fosse um boneco de ventríloquo”

O autoritarismo impera?

A gente está numa época em que a personalidade autoritária veio à tona com muita força. Ela existe, está dada no lastro da cultura, e ela vem à tona porque estamos numa época em que este autoritarismo é útil ao sistema.

E as próprias pessoas, o cidadão comum, esse que vê TV, que vai para a internet, esse que vota, ele está sendo evidentemente manipulado, comprando um discurso que ele repete como se fosse um boneco de ventríloquo.

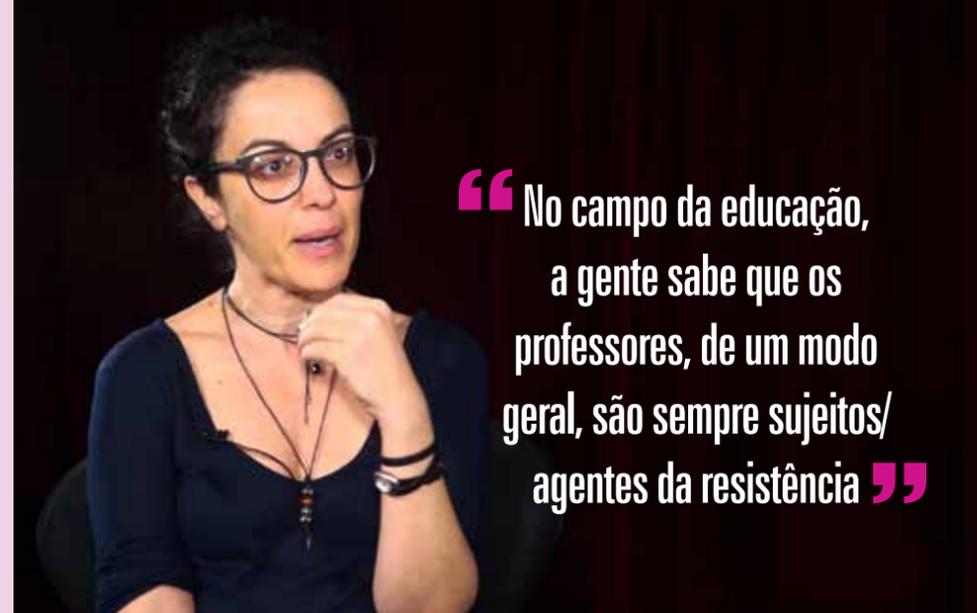
Isso é resultado da manipulação?

Isso não é inventado pelas pessoas, isso realmente é manipulado a partir da manipulação de discursos que vêm, sem dúvida, de cima para baixo. As pessoas são teleguiadas, mas não quero dizer que elas não sejam capazes de inventar outros discursos.

Existe uma falta de análise crítica?

É certo que as pessoas fazem uma espécie de “recorta e cola” de discursos postos na mídia. Então, quanto maior o alcance da mídia e quanto mais convincente e insistente a sua proposta, mais ela ganha, porque as pessoas não fazem análise crítica. Infelizmente, existe entre nós, fortemente, o que a gente chama de analfabetismo político.

As pessoas não sabem sequer conversar sobre política. Não conseguem entender o que pode ser política. Não conseguem entender que o contexto de todas as relações humanas é político.



“No campo da educação, a gente sabe que os professores, de um modo geral, são sempre sujeitos/agentes da resistência”

E a mulher? Ela é uma das principais vítimas do autoritarismo?

O machismo é um tipo de autoritarismo estrutural, porque está arraigado nos lugares, na microfísica do próprio cotidiano, nos papéis de gênero, no controle sobre a própria sexualidade, no trabalho doméstico, na questão do trabalho público, da representação da mulher na política.

Hoje, quando a gente vê o Brasil a partir do golpe de Michel Temer, houve tanto retrocesso, é tão simbólico. Este governo simboliza tão bem a relação entre machismo e autoritarismo que fica realmente fácil perceber este nexos. Mas, no caso das mulheres, é gravíssimo, porque faz parte da história das mulheres. Esta violência toda - simbólica e física.

Qual a perspectiva? O diálogo?

Neste momento, é preciso pensar que o diálogo é resistência e ele tem de se dar não na direção de não nos transformarmos, nós mesmos, em personalidades autoritárias. Mas é importante a gente sustentar a resistência e o diálogo nesta direção da resistência e não pensar o diálogo em abstrato.

O diálogo é um projeto, é a nossa força, se você pensar a partir da arma da palavra, da arma poética de Carlos Drummond de Andrade, é mais ou menos nessa linha: uma arma que a gente pode usar, sem violência, contra a violência.

Não podemos pensar que o diálogo é um bate-papo, uma conversa. Nas condições autoritárias, na cultura autoritária, o diálogo se torna um projeto bastante difícil, bastante complicado.

Na educação, como você analisa a conversa com o fascista?

No campo da educação, a gente sabe que os professores, de um modo geral, são sempre sujeitos/agentes da resistência. Se a gente pensar a educação como um dispositivo de transformação social, então o professor é o agente que aciona este dispositivo.

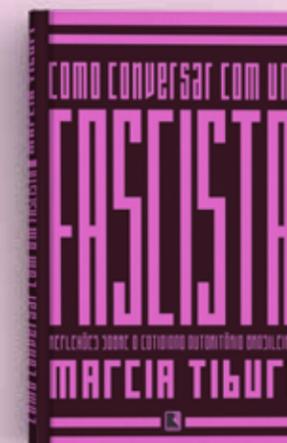
Ao mesmo tempo, há muito medo no campo da educação e, muitas vezes, por assim dizer, uma perda de norte. Toda educação precisa ser ética e precisa ser política, e sempre será. Mesmo que não se queira.

A educação está passando por um momento crítico no Brasil, com propostas como a reforma do ensino médio, por exemplo.

A educação como dispositivo social e não como reprodução daquilo que está dado como uma norma do sistema: nosso país precisa de um projeto de educação. Então, num momento em que somos chamados para convergir com o fim da educação pública, da educação de qualidade, o projeto de educação para o nosso país, estamos sendo convidados à covardia. Por isso, precisamos agir na contramão desta covardia, que é o convite do sistema neoliberal e, neste momento, ele toca a nossa jugular, digamos assim.

Como conversar com um fascista
Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro

Marcia Tiburi
Editora: Record
196 páginas





Raimunda Gomes

Professora em Amazonas, Mestre em Educação e atual secretária de Comunicação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)



Renato Bazan

Repórter no Portal CTB. Além do jornalismo sindical e político, escreve sobre ciência e tecnologia e é pesquisador da área de Realidade Virtual e Aumentada aplicada ao jornalismo.

O projeto Escola Sem Partido é uma tentativa de amordaçar os professores

Além do Projeto Escola Sem Partido (PLS 193/2016, PL 1411/2015 e PL 867/2015), que visa a neutralizar o caráter político da educação no Brasil, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), outro caminho de forma independente na Câmara dos Deputados, apresentado pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF). Ambos pretendem alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para punir professores que se manifestarem sobre “ideologia, religião, moral, política e posição partidária em sala de aula” - qualquer coisa que não seja aprovada pelo governo. Em uma terceira via, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) propõe outro PL para alterar o Código Penal brasileiro, incluindo o crime de “assédio ideológico” no texto, com pena de detenção de três meses a um ano.

“Trata-se de um projeto que retoma os mecanismos utilizados no período da ditadura, que impôs conteúdos e metodologias de ensino de acordo com a ideologia do golpe de 1964, que estabeleceu a censura a determinados autores, alegando doutrinação ideológica, e que determinou a perseguição e a repressão contra educadores não coniventes”, escreveram Claudia Dutra e Camila Moreno, especialistas em Direitos Humanos e Cidadania, à Carta Capital. Ambas integraram o MEC durante o governo Dilma.

Projetos de lei inspirados no Escola sem Partido



- LEIS EM VIGOR**
- Em âmbito estadual.
 - Em pelo menos um município.
- PROJETOS EM TRÂMITE**
- Em âmbito estadual.
 - Em pelo menos um município.
 - Em âmbito estadual e em pelo menos um município.
- PROJETOS VETADOS**
- Em âmbito estadual, por iniciativa do governo.
 - Em âmbito municipal, por iniciativa da prefeitura.

* O levantamento sobre as leis e os projetos de lei foi atualizado até 10/6/2016 e seus trâmites até 28/6/2016.

“

Combater o Escola Sem Partido, em essência, é acreditar que os jovens são capazes de pensar criticamente e de produzir suas próprias sínteses

”

”

O mapa mostra como, em todo o Brasil, dezenas de projetos similares avançam. Todos seguem o discurso de cooptação do imaginário popular, aproveitando-se do sentimento antipolítico. Nesse sentido, o combate à ideologia de gênero e a negação da importância das Ciências Humanas têm sido um lugar-comum.

A recepção negativa das propostas é predominante entre especialistas, inclusive no Ministério Público Federal e na Advocacia-Geral da União. Em julho de 2016, o Escola Sem Partido sofreu um duro revés quando esses órgãos declararam quaisquer projetos dessa natureza inconstitucionais. “Ele está na contramão dos objetivos fundamentais da República, especialmente os de ‘construir uma sociedade livre, justa e solidária’ e de ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação’”, escreveu o MPF, à época. A AGU, de forma similar, criticou-o duramente ao ser consultada pelo STF.

Por trás da falácia

A ideia central da Lei da Mordaza, de que seria possível desvincular conhecimentos científicos e culturais da ideologia, é tão ingênua quanto esdrúxula. Revela uma profunda falta de intimidade com a tarefa do magistério, pois, ao transmitirmos conhecimento, imprimimos sobre ele nossas próprias convicções. Ao mesmo tempo, exigimos dos nossos ouvintes que façam o mesmo. É um processo permanente de interferência.

O historiador Leandro Karnal não exagerou ao definir essa concepção anti-intelectual

de “crença fantasiosa, de uma direita delirante, absurdamente estúpida” em sua última visita ao Roda Viva. “Os jovens têm sua própria opinião, ouvem o professor, vão dizer que o ‘professor é de tal partido’. Eles não são massa de manobra, e os pais e professores sabem disso”, disse.

Em essência, o discurso da “proteção ideológica” dos estudantes revela uma dupla perversidade por parte de seus propositores: primeiro, que acredita que o jovem é desprovido de filtros e julgamento; segundo, que enxerga a escola não como um local de confronto de ideias, mas de confirmação subserviente de valores pré-estabelecidos.

Educar para libertar

O professor doutor Gaudêncio Frigotto tece comentários contundentes contra a Lei da Mordaza em uma de suas publicações recentes, enfocando sua contradição inescapável: “Trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal”.

Combater o Escola Sem Partido, em essência, é acreditar que os jovens são capazes de pensar criticamente e de produzir suas próprias sínteses. Igualar a abordagem crítica do conhecimento à subversão é o caminho da submissão aos poderosos - nada menos que um suicídio intelectual coletivo, arquitetado por quem não deseja ser questionado.

Devemos fazer oposição a esses avanços em todas as frentes: organizar demonstrações nas Câmaras Legislativas por onde tramitem esses projetos, publicizar as tentativas de aprová-los em segredo, cooperar com parlamentares aliados à causa da educação. E nos engajar ao máximo na discussão sobre a necessidade da educação transformadora para evitarmos o triunfo da estupidez.



Ilustração: Chico Regis

E assim se passaram 100 anos!

Um século separa a Revolução Russa de 1917 e o ano de 2017. Cem anos de avanços e retrocessos nos direitos e conquistas alcançadas pelas mulheres. A revolução empreendida no início do século 20 foi um marco para o movimento feminista, mas nem tudo são flores...

Por **Katia Maia**

Foto: divulgação



O ano de 2017 começou sob o olhar atento de todo o mundo para as Marchas das Mulheres, que tomaram as ruas de cidades de vários países em repúdio ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Eleito e empossado, ele representa o retrocesso em direitos das mulheres e das minorias.

O presidente norte-americano, durante a campanha, fez comentários vistos como misóginos e prometeu medidas como, por exemplo, contra o direito ao aborto. Segundo os organizadores da marcha, havia mais de 3 milhões de manifestantes nos Estados Unidos e em outros países.

Direto do túnel do tempo, cem anos atrás, o mundo assistia, na Rússia, o desenrolar de um roteiro que – contrariamente ao retrocesso deste século, personificado na figura de Trump – conquistava direitos para as mulheres jamais adquiridos em país algum.

Antes mesmo da revolução sexual, encabeçada pelo movimento hippie nos Estados Unidos, a ideia de amor livre já rondava a sociedade russa. Em 1917, o conceito de uma sociedade mais igualitária questionava a monogamia e preconizava a emancipação e direitos iguais às mulheres, que deixariam as tarefas domésticas para alcançar condições materiais semelhantes às dos homens.

A Revolução Russa, realizada em 1917, abalou profundamente uma região onde as mulheres ingressavam na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar e limpar a casa. As responsabilidades domésticas impediam-nas de fazer parte dos domínios públicos do trabalho, da política e de projetos criativos em pé de igualdade com os homens.

A mulher russa conseguiu avançar em direção à sua emancipação total mais do que todas as mulheres

juntas em mais de 200 anos de luta. O que se viu e viveu naquele ano representou um processo de avanço da agenda feminista para a época, talvez o mais importante da modernidade, dado o seu radicalismo e o seu alcance.

Wendy Goldman, em seu livro *Mulher, Estado e Revolução* (Boitempo/ Iskra, 2014), conta que, pouco tempo depois da Revolução, o código da família foi alterado. Envolvendo mudanças profundas na estrutura, nos valores e nos hábitos sociais. Com a Revolução Russa, as pautas feministas avançaram. A autora explica como a Revolução Russa e seus frutos modelaram os eventos do século XX de maneira tão profunda a ponto de ecoarem até os dias de hoje.

Contradições - Numa sociedade fortemente rural e patriarcal, foram aprovadas medidas como o direito das mulheres ao divórcio e ao trabalho; a legalização do aborto; a igualdade de salários de homens e mulheres; a licença-maternidade; a substituição do trabalho

doméstico por lavanderias, creches e refeitórios públicos; dentre outros.

Em meio a todo o sentimento de mudança e avanços para as mulheres, estava claro que só o socialismo poderia resolver as contradições entre trabalho e família e a existência de múltiplas jornadas para mulheres.

Entretanto, uma coisa é adotar mudanças, outra é mantê-las. “Os direitos adquiridos pelas mulheres na Revolução Russa não duraram muito. O ufanismo do início foi logo abandonado pela regressão de direitos, tais como aborto e divórcio, e a crescente propaganda em torno do heroísmo das mulheres com muitos filhos”, avalia a doutora pela Université Paris III, professora Tânia Navarro Swain.

De acordo com ela, na prática, a promulgação de leis não modificou de fato o status das mulheres, cuja representação social permanecia inferiorizada por séculos de dominação androcentrista, e, a partir de 1930, “a situação das mulheres se degradou na legislação, sem ao

“Os direitos adquiridos pelas mulheres na Revolução Russa não duraram muito. O ufanismo do início foi logo abandonado pela regressão de direitos”

menos ter tido tempo de se enraizar na população”. O casamento livre, o divórcio e o aborto foram proibidos e as mulheres nunca tiveram relevância nas esferas mais altas da hierarquia governamental.

Goldman reforça, em seu livro, que os anos 1920 foram de intensa luta pela garantia das conquistas revolucionárias que haviam mudado concreta e profundamente a vida das classes trabalhadoras. Mas reitera o que diz a professora Swain quando pontua que os avanços perdem força e passam mesmo a regredir a partir dos anos 1930, com a ascensão da política estalinista, sendo que, em 1936, o aborto, que era legalizado desde 1920, passa a ser proibido.

Desafios - As leis reformistas, na avaliação da professora doutora, não tiveram tempo de ser realmente aplicadas, dada a sua revogação a partir dos anos 30. “Em dez anos não se modifica uma cultura patriarcal profundamente enraizada, o que só é possível com uma educação que transforme a igualdade entre os sexos em algo natural”, explica.

As mudanças viriam a se perder com o tempo, principalmente na década de 1930, após a ascensão de Stálin. Novos desafios se colocaram desde então, não apenas às mulheres, mas à própria Revolução.

Ao olhar para 1917, percebe-se que a construção de uma nova sociedade passa pelo estabelecimento de políticas de igualdade de gênero. Porém, só será possível dizer que o socialismo triunfou e que novas relações humanas são

possíveis quando homens e mulheres estiverem em pé de igualdade.

A repercussão da Revolução Russa, sob o aspecto feminista, no mundo capitalista foi reduzida de acordo com a avaliação de estudiosos. As medidas avançadas “não foram de grande auxílio às mulheres, que só conseguiram adquirir direitos aos poucos, como de voto, de trabalho livre, usufruto de seu salário, liberdade de locomoção e de expressão, de forma diferenciada em países diversos”, destaca Swain. Ela ressalta ainda que o divórcio foi conseguido ‘a duras penas’ e o aborto ainda é tabu na maior parte dos países capitalistas. “Trabalho igual e salário igual ainda fazem parte de um sonho”, lamenta.

Um século depois - A Rússia atual está longe dos ideais de igualdade de gênero plantados e defendidos pelas mulheres. No primeiro mês do ano de 2017, a Assembleia Federal da Rússia (Duma) votou e decidiu pela descriminalização da violência doméstica no país caso a agressão física não seja “grave” e não ocorra mais de uma vez ao ano. O texto

“Em dez anos não se modifica uma cultura patriarcal profundamente enraizada, o que só é possível com uma educação que transforme a igualdade entre os sexos em algo natural”

Cartazes da época mostram a força das mulheres



recebeu 380 votos favoráveis e apenas três votos contrários.

Então, conforme o que foi aprovado, se a agressão for anual, o responsável está livre de punição. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, declarou que conflitos familiares “não constituem, necessariamente, violência doméstica”. Mas, de acordo com estatísticas do próprio governo da Rússia, 40% de todos os crimes violentos são cometidos no núcleo familiar. No total, 36 mil mulheres apanham de seus parceiros a cada dia e 26 mil crianças apanham de seus pais a cada ano.

A Rússia é um dos três países da Europa e da Ásia Central que não têm leis específicas destinadas à violência doméstica. Em pesquisa realizada, por telefone, com 1,8 mil cidadãos da Rússia, entre os dias 13 e 15 de janeiro de 2017, 19% dos russos declararam que “seja aceitável” bater na esposa, marido ou filho “em certas circunstâncias”. A margem de erro da pesquisa é de 2,5 pontos percentuais.

O projeto de lei ainda tem pela frente a Câmara Superior, onde não é esperada oposição. Em seguida, o projeto deve ser assinado pelo presidente Vladimir Putin, que já demonstrou seu apoio.



PARA ENTENDER A REVOLUÇÃO RUSSA:

Foi um período de conflitos, iniciado em 1917, que derrubou a autocracia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin.

Recém-industrializada e sofrendo com a Primeira Guerra Mundial, a Rússia tinha uma grande massa de operários e camponeses trabalhando muito e ganhando pouco. Além disso, o governo absolutista do czar Nicolau II desagradava o povo, que queria uma liderança menos opressiva e mais democrática.

A soma dos fatores levou a manifestações populares que fizeram o monarca renunciar e, no fim do processo, deram origem à União Soviética, o primeiro país socialista do mundo, que durou até 1991.

A Revolução compreendeu duas fases distintas:

- A Revolução de Fevereiro (março de 1917, pelo calendário ocidental), que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II, o último Czar a governar, e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal.
- A Revolução de Outubro (novembro de 1917, pelo calendário ocidental), na qual o Partido Bolchevique derrubou o Governo Provisório apoiado pelos partidos socialistas moderados e impôs o governo socialista soviético.

Fonte: Wikipedia

Mirem-se no exemplo

A Revolução Russa foi repleta da presença feminina. Havia centenas e milhares de heroínas anônimas que, lado a lado com os operários e camponeses, marcharam sob a Bandeira Vermelha e a palavra de ordem dos Sovietes. Mulheres fortes, combatentes, heroínas e mães, esposas, filhas, que passaram por cima das ruínas do czarismo. São muitas e não seria possível nominar todas. Algumas, que estiveram na linha de frente, escreveram seus nomes na história da luta feminista por mais direitos e igualdade no mundo e mercado essencialmente machistas que persistem até hoje. A luta continua. Portanto, nos miremos no exemplo...



Nadezhda Krupskaya

Fiel companheira de Lênin, nasceu em 26 de fevereiro de 1869, em São Petersburgo. Filha de um oficial do Exército, Konstantin Krupski, e de uma professora, Elisabete Krupskaya. De família pobre tornou-se professora como a mãe.

Conheceu Lênin em 1893, dois anos depois ele é preso e no ano seguinte é a vez dela. Ambos vão para a Sibéria, onde se casam.

Da Sibéria, seguem para o exílio na Europa, onde Krupskaya redige seus próprios escritos, como o folheto “A Mulher Operária”. Em 1905, voltam clandestinamente para a Rússia. No final de 1905, mais uma vez Lênin e Krupskaya vão para o exílio e retornam em 1917, ano da Revolução.



Yelena Stassova

Nascida em São Petersburgo, no dia 3 de outubro de 1873, era secretária do Comitê Central do Partido e outra importante parceira de Lênin. Pelo comunismo, foi exilada e detida durante o regime czarista.

Mulher alta, inteligente e com excepcional capacidade para o trabalho, era tida como figura majestosa. Stassova

carregou a responsabilidade de muitos negócios importantes.

Yelena Stassova experimentou o exílio e a detenção nas penitenciárias do regime czarista, o que lhe prejudicou a saúde. Mulher com um coração afetuoso e nobre.



Klavdia Nikolayeva

Nascida em 1893, em São Petersburgo, era uma mulher trabalhadora de origem muito humilde. Uniu-se aos bolcheviques em 1908, nos anos da reação, e suportou o exílio e a prisão. Em 1917 retornou a Leningrado e tornou-se a organizadora da primeira revista para as mulheres trabalhadoras, *Kommunistka*.

Corajosamente declarava que as trabalhadoras, esposas de soldados e camponesas precisavam ingressar no partido. “Ao trabalho, mulheres! Vamos defender os Sovietes e o Comunismo!”, dizia.



Konkordia Samoilova

Nasceu em 3 de junho de 1876 em Astrakhan. Está ligada aos primeiros e mais difíceis passos do movimento das trabalhadoras, particularmente em Leningrado.

Foi uma bolchevique e editora fundadora do jornal russo *Pravda* em 1912. Foi ativista e revolucionária pelos direitos das mulheres trabalhadoras antes da Revolução Russa e devotou sua vida à causa do proletariado feminino.

Oradora metódica, era exigente na execução das decisões, severa com ela mesma e com os outros.



Inessa Armand

Nascida Inès Stéphanie, em 8 de Maio de 1874 foi uma comunista francesa que viveu a maior parte de sua vida na Rússia. Ela teve um prolongado romance com o líder soviético Vladimir Lênin.

Contribuiu com muitas ideias criativas para o trabalho entre as mulheres. Com toda a sua feminilidade e bondade nas maneiras, Inessa Armand era inabalável nas suas convicções. Depois da revolução, dedicou-se à organização do amplo movimento das trabalhadoras, e a conferência foi sua criação.





Carina Vitral

Presidenta da UNE

ELAS OCUPAM

A recente onda de ocupações estudantis no Brasil, iniciada no movimento secundarista e que se estendeu também para as universidades pode ser entendida como a ação organizada de maior alcance dos estudantes brasileiros em toda a história. Mas de mil instituições de ensino em diversos estados foram ocupadas durante meses, levando ao conjunto da população as suas reivindicações em defesa da educação e da democracia, interferindo diretamente na opinião pública e nos rumos do país.

Duas coisas são fundamentalmente significativas nas ocupações de 2016. A primeira é o protagonismo da juventude como a principal força a fazer frente ao golpe de estado que destituiu de forma ilegítima a presidenta da República Dilma Rousseff e alçou ao poder um governo pautado no retrocesso e na retirada de direitos. A segunda é a predominância de mulheres estudantes, secundaristas ou universitárias, na condução desses movimentos e em papel de liderança dentro das escolas e universidades.

As ocupações acompanharam um momento de ascensão das lutas das mulheres brasileiras, a primavera feminista, que eclodiu nos últimos anos como um resgate da mobilização libertadora de várias outras gerações anteriores. Ocupar espaços de poder tornou-se uma questão de gênero para as milhões de meninas que assistiram à chegada da primeira mulher ao posto mais alto do país, assim como sua retirada traumática, pela agenda de um falso

impeachment, contaminado pelo machismo e pelos ataques pessoais à figura feminina. Se o golpe foi machista, a reação haveria de ser feminista.

Assim como em todos os outros segmentos da sociedade brasileira, o movimento estudantil ainda é também um espaço permeado pelas injustiças e opressões do patriarcado, ainda que tenha peso o grande avanço de termos, por mais de uma gestão consecutiva, três mulheres na presidência das três maiores entidades dos estudantes: a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG).

A universidade brasileira, apesar de ter uma maioria de mulheres matriculadas, ainda apresenta uma cruel minoria delas nos cargos de professoras, coordenadoras de departamentos, pró-reitoras e reitoras. Para alcançar uma posição de destaque dentro das escolas e universidades, as mulheres enfrentam diversos desafios. Um deles é o silenciamento, imposto em cada tentativa de exercer o nosso direito de fala ou apresentar alguma proposta para o coletivo. É parte do longo processo de invisibilidade ao qual somos submetidas nas diversas etapas da nossa vida e ao qual decidimos resistir.

Outra situação recorrente é a apropriação das idéias trazidas por mulheres, seja em reuniões privadas ou grandes assembleias, e sua apresentação ao coletivo como se tivessem sido trazidas por homens. Há também a realidade de

“

Nas universidades, as estudantes que ocuparam os prédios de diversos cursos tiveram como norte o repúdio à Proposta de Emenda Constitucional 55, que congela os investimentos sociais, entre eles o da educação, por assustadores 20 anos. As mulheres sabem que, no sucateamento que se anuncia com essa proposta, será ainda menor a já pouca estrutura de creches para as mães estudantes, programas de apoio às grávidas, iniciativas de proteção e promoção feminina no ambiente universitário

”

assédio, da objetificação, do abuso e do estupro, influenciando igualmente para a anulação do nosso papel político e reclusão nas margens das instâncias das grandes decisões. Ser mulher e decidir fazer política é um gesto ainda revolucionário e de enfrentamento a uma realidade hostil e opressora.

Ainda assim, as meninas fortaleceram a sua ação conjunta, criaram laços, redes, espaços comuns de debates acerca do feminismo dentro das instituições de ensino e lutaram pela sua maior presença no movimento estudantil. A grande participação delas no comando das ocupações é fruto de todo esse crescimento, de um longo amadurecimento que se estende, cada vez mais rapidamente, para as gerações mais jovens. Cada vez mais meninas novas, empoderadas, estão dispostas a resistir àquilo que as mais velhas sofreram.

Nas ocupações secundaristas, que tiveram como eixo o protesto contra a medida provisória 746 de reforma do ensino médio, uma das reivindicações centrais foi a garantia de um modelo de escola plural, crítico, com conteúdos que

despertem a percepção dos estudantes acerca da sociedade em que estão inseridos.

Nessa escola, devem estar os debates relacionados a gênero e ao machismo, tendo em conta a gravidade de uma realidade nacional de forte violência e assassinatos de mulheres, da manutenção de uma cultura do estupro, da retirada dos direitos femininos sobre o próprio corpo. É uma demanda que vai na contramão de propostas conservadoras e fundamentalistas como as do movimento chamado Escola Sem Partido e a Lei da Mordada.

Nas universidades, as estudantes que ocuparam os prédios de diversos cursos tiveram como norte o repúdio à Proposta de Emenda Constitucional 55, que congela os investimentos sociais, entre eles o da educação, por assustadores 20 anos. As mulheres sabem que, no sucateamento que se anuncia com essa proposta, será ainda menor a já pouca estrutura de creches para as mães estudantes, programas de apoio às grávidas, iniciativas de proteção e promoção feminina no ambiente universitário.

Por tudo isso, as ocupações foram um riquíssimo espaço de formação e articulação de jovens mulheres no movimento social, que ampliarão as suas lutas para novas trincheiras no próximo período. Ocuparemos tudo o que for preciso para garantir o direito da nossa real emancipação, sem violências e opressões, sem nem uma a menos entre nós.

Essa é a mensagem do movimento estudantil, que sempre teve papel determinante nas maiores questões nacionais e na determinação dos rumos de toda a sociedade brasileira. Vamos à luta, vamos juntas porque não podemos andar sós. Respeite as minas.

Asas para voar

Em outubro de 2015, estudantes de todo o país ocuparam mais de mil escolas, inconformados com os rumos da educação pública no Brasil. O estado do Paraná concentrou o maior número de ocupações, com 850 instituições de ensino tomadas por secundaristas, segundo dados do Movimento Ocupa Paraná, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes).

Por **Katia Maia**

Em janeiro, quase três mil educadores de todo o país participaram, em Brasília, do 33º Congresso Nacional da CNTE. Foi um momento para falar de presente e de futuro da educação. Entre discussões e debates, houve espaço para as jovens gerações de estudantes que estão atentos às ameaças propostas pelo atual governo golpista contra a educação e, mais especificamente, o Ensino Médio.

“O ano de 2016 trouxe para o contexto do movimento estudantil esta forma de mobilização que foram as ocupações”, pontua o presidente da CNTE, Heleno Araujo. De acordo com ele, a mobilização veio acompanhada “por aquilo que nós sonhamos, que é os alunos ocuparem o espaço que é deles e, neste espaço, poder programar o tema que querem discutir e debater, mediados pelos profissionais de educação que, em muitos locais, ajudaram neste processo”, avalia.

Segundo o presidente da CNTE, no atual contexto “é importante a organização estudantil local, como a UBES, dentro da educação básica, e a UNE, na educação superior”, lembra. Ele resalta o processo de organização a partir dos grêmios escolares, das associações de pais e mães e da comissão sindical de base. “Assim, teremos um potencial enorme para mudar a realidade da educação brasileira”, anima-se. E, em meio a esta mobilização intensa, surgem novas personagens entre os próprios estudantes.

“Primeiramente: Fora Temer!”. Foi assim que a jovem Ana Júlia Ribeiro, 16 anos, iniciou a sua participação no 33º Congresso Nacional da CNTE. Ela foi convidada para compor a mesa de debate sobre Conjuntura Nacional, ao lado da diretoria da CNTE e do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que era o principal palestrante do dia.

Em cinco minutos, Ana Júlia falou da percepção dos estudantes

secundaristas brasileiros sobre o atual momento brasileiro. “Nós sabemos que vivemos um momento difícil, que estamos num período de retirada de direitos e que não está sendo fácil lutar. Mas, mesmo assim, estamos lutando por um sistema público de ensino de qualidade”, declarou.

Ela se manifestou contra a PEC 241 e a MP 746. “Vivenciamos um sistema que não é de hoje que enfrenta problemas e que está sendo fortemente ameaçado por conta da aprovação da PEC, que representou uma perda dos direitos sociais e da seguridade social, e a MP 746, da reforma do ensino. Isso não nos representa. Nada disso foi conversado com a gente, estudantes, e não vai melhorar”, enfatizou.

Fama - Ana Júlia ganhou notoriedade no ano de 2016, quando foi à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) defender a ocupação dos estudantes e, mesmo com a voz trêmula, não vacilou e foi incisiva

Foto: Arquivo CNTE



A aluna Ana Júlia rege o coro no Plenário do Congresso da CNTE

Nós vamos lutar pela Educação Pública

Pelos Estudantes
Pelos Professores
Pela Democracia
Pelo Estado Democrático de Direito
Pela Constituição Cidadã

Vamos lutar contra a
Reforma da Previdência
Contra a Reforma Trabalhista
Contra a MP 746
Contra o Extermínio da
População Negra
Contra o Racismo
Contra a Perseguição aos LGBTs
Contra o Machismo

E vamos lutar, principalmente
PELO FUTURO DO BRASIL

Ana Júlia Ribeiro, estudante

ao afirmar que a “PEC 241 é uma afronta”. Trata-se da Proposta de Emenda constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos.

O vídeo do discurso de Ana Júlia viralizou na internet e ela tornou-se um símbolo do movimento de estudantes secundaristas de todo o Brasil por melhorias na Educação

Pública e contra a Reforma do Ensino Médio propostas pelo Governo Michel Temer. “A gente está aqui, estudantes, por ideais. A nossa única bandeira é a educação e, como estudantes, a gente se preocupa com o futuro do país”, afirma.

A estudante encerrou sua presença no Congresso da CNTE em

um grande ato político em favor da Democracia, e mobilizou os presentes num só coro, envolvendo a todos no plenário, com frases como: pelos estudantes, pelos professores, pela democracia, pelo estado democrático de direito e pela Constituição cidadã. (veja texto no Box)



Estudantes de todo o país ocuparam as escolas num claro movimento contra mudanças na escola pública.

Haja mão para tanta bandeira!

Por Niara de Oliveira



Embora a vida não seja uma mera sucessão de causas e efeitos ou um jogo de ação e reação, a dinâmica das lutas de uma parcela significativa da classe trabalhadora contra sua opressão específica pode nos fazer crer que sim. Ao longo da história das lutas das mulheres trabalhadoras, cada conquista foi sucedida por uma avalanche de desafios, violências, derrotas e perda de outros direitos. Essa dinâmica faz com que, para cada direito conquistado, se torne necessário o estabelecimento de um calendário de lutas para sua manutenção, ao mesmo tempo em que se travam lutas por novos direitos. Haja mão para tanta bandeira!

Um caso bem concreto é a Lei Maria da Penha (LMP), em vigor desde 2006. A lei em si, e outros dispositivos e políticas complementares, ajudaram a salvar a vida de milhares de mulheres brasileiras nesses últimos dez anos. A Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos (Porto Alegre),

em parceria com o Geledés – Instituto da Mulher Negra, desenvolveram o PLP 2.0* (ver box), um aplicativo de celular que garante a vida das mulheres em caso de descumprimento de medidas protetivas, onde a polícia é acionada com apenas um toque no celular quando o agressor tenta se aproximar. O dispositivo, que até agora era usado por apenas duas mulheres na capital gaúcha, ganhou o aval das autoridades de segurança do Rio Grande do Sul para ser ampliado para mais 14 mulheres, ou “conforme a necessidade”. “A ideia é que a gente possa ampliar a outros juizados do interior do estado”, diz a titular da Coordenadoria Estadual das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar do RS, juíza Traudi Beatriz Grabin. O *app*, uma espécie de botão do pânico, recebeu o Prêmio Desafio de Impacto Social Google 2014 e acaba de receber o prêmio da OEA “Las TIC para prevenir y erradicar la violencia contra las mujeres”.

Ação e Reação - Ainda não é possível afirmar que a LMP tenha feito aumentar a violência contra a mulher em números gerais, mas sua aprovação aumentou o número de denúncias e aumentou também a agressividade do machismo estrutural da sociedade para com a mulher. Em 2010, a média de assassinatos era de dez mulheres por dia no Brasil. Em 2016, esse número passou para 13 feminicídios/dia. E esses feminicídios vão ficando cada vez mais brutais, e não foi/é só no Brasil. Como uma ação gera uma reação, essa reação gera outra reação... Neste momento, países da América Latina, como Uruguai, Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Nicarágua, República Dominicana, Porto Rico, Honduras e México, se unem no movimento #NiUnaMenos, que vai de campanhas nas redes sociais a imensos atos públicos para dizer às autoridades que não é mais possível

conviver com o ódio à metade da população e a banalização dos assassinatos por esse ódio como se normal fosse.

Na Argentina, ocorreu uma greve geral no dia 19 de outubro de 2016, convocada pelo conjunto dos movimentos feministas *hermanos*. A “quarta-feira negra” marcou também o 19º feminicídio no país naquele mês. 19 dias, 19 mulheres assassinadas pelo machismo. Para a jornalista e feminista Florencia Alcaraz, “a paralisação de mulheres surge após 31 anos de encontros de mulheres, onde debatemos, trocamos ideias, instalamos uma agenda e elevamos demandas concretas a uma problemática urgente. É verdade que mortes recentes, como a de Lucía e a da jovem que foi encontrada numa caixa de papelão em Córdoba, puseram uma data concreta [para a paralisação], mas há muito mais pelo que marchar”. Alcaraz faz uma referência clara à reorganização dos movimentos sociais na

Argentina após a ditadura militar que matou e desapareceu com mais de 30 mil pessoas e que acabou em 1985. Ela é uma das porta-vozes do Ni Una Menos na Argentina. O manifesto não só promoveu a união dos movimentos feministas de cada país como os unificou continentalmente no combate aos feminicídios.

Criação - De volta ao Brasil, a bola da vez na ofensiva neoliberal sobre o direito das mulheres é o fechamento de creches públicas e em locais de trabalho. Só para citar dois casos: funcionários da USP vêm sofrendo, protestando e denunciando, há meses, os encerramentos de creches nas unidades de uma das maiores universidades do país; funcionários do TJDF discutem, neste momento, maneiras de impedir que a creche que funciona no Tribunal encerre suas atividades. A justificativa em ambos os casos é a crise.

Como uma mulher da classe trabalhadora com filho(s) pequeno(s)

Em 2010, a média de assassinatos era de dez mulheres por dia no Brasil. Em 2016, esse número passou para 13 feminicídios/dia. E esses feminicídios vão ficando cada vez mais brutais, e não foi/é só no Brasil.

poderá trabalhar sem creche? As mulheres serão empurradas de volta para casa e voltarão a ficar à mercê de um “homem provedor”, e em muitos casos agressor? Voltarão as crianças a brincar no chão das fábricas, começando a trabalhar antes dos dez anos de idade? O direito à creche é básico na reestruturação da vida das mulheres que rompem com o seu ciclo de violência doméstica, e poder trabalhar e sustentar seus filhos em paz e com saúde é fundamental para a libertação das mulheres da classe trabalhadora.

A ofensiva neoliberal sobre os direitos das mulheres se dá econômica e estruturalmente, e é bem capaz de o discurso feminista sobre direitos iguais ser usado como justificativa para “dividir” a conta do sacrifício da crise. Resta esperar para ver qual será a reação das mulheres. É delas a próxima jogada.

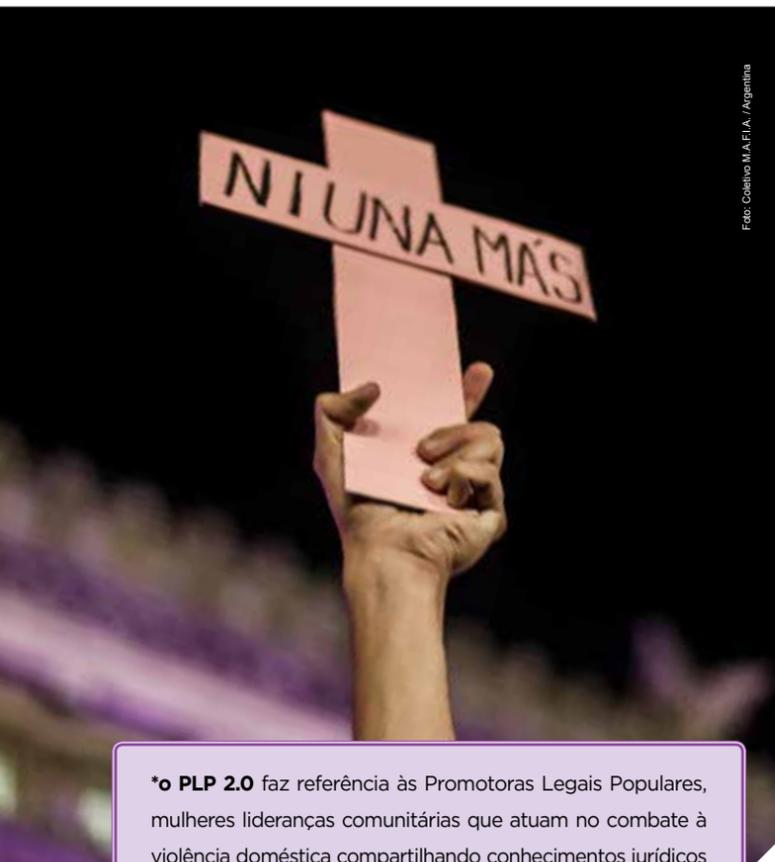


Foto: Colelito M.A.F.I.A. / Argentina

*o **PLP 2.0** faz referência às Promotoras Legais Populares, mulheres lideranças comunitárias que atuam no combate à violência doméstica compartilhando conhecimentos jurídicos nas comunidades mais carentes. O projeto de formação de PLPs é uma iniciativa da Themis, que começou em Porto Alegre, na década de 1990, e foi ampliado, no início dos anos 2000, em parcerias com Ongs internacionais e o Ministério da Justiça ao interior do RS e a todo o país.

Fatos Contados

A repórter do iG, Giulia Pereira, denunciou o cantor Biel por assédio e o fez ser rechaçado nas redes sociais, perder patrocínios e contratos, ser criticado por colegas cantores a tal ponto que o cantor se obrigou vir a público pedir desculpas. No entanto, a jornalista foi demitida após o canal lucrar com milhares de cliques durante o caso e declarar que a apoiaria.

Alguns juízes e delegados acostumados a se comportar dentro da lei e de maneira sóbria diante dos casos de violência de gênero, passaram a deixar extravasar machismo e misoginia, como no caso de um estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro em maio de 2016, no qual o delegado responsável pelo caso, Alessandro Thiers, acabou sendo afastado e por pouco não foi exonerado.

Escola Sem Partido ainda é projeto e já promove uma verdadeira caça às bruxas na rede pública fluminense de ensino. Reportagem da Agência Pública diz que “Movimento apoiado por conservadores motiva sindicâncias contra professores e provoca censura nas aulas em estados e municípios onde a restrição de liberdade de expressão já é lei”. Todos os professores perseguidos no estado do Rio de Janeiro com base no ESP são mulheres.

Da cadeia para o plenário. O suplente de deputado Osmar Bertoldi (DEM-PR) estava preso há oito meses por descumprir uma medida protetiva baseada na Lei Maria da Penha em que deveria ficar afastado da ex-noiva. Bertoldi a espancou pelo menos cinco vezes antes da denúncia e prisão. O deputado espancador saiu direto da prisão para o plenário da Câmara dos Deputados, onde assumiu a vaga deixada pelo atual ministro da Saúde, Ricardo Barros. Seu advogado diz que ele foi absolvido das acusações e, agora, mesmo se reincidir na violação à LMP, tem foro privilegiado.

A reforma da previdência (PEC 287) e os impactos para as mulheres trabalhadoras: a igualdade de direitos é um fato comprovado na realidade das educadoras?



Ilustração: Mulherespost



Thamires Silva

Técnica do DIEESE, subseção da APEOESP
Mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
thamires@dieese.org.br

Ilustração: Chico Pêgas

O quadro de ajuste fiscal que visa instaurar medidas austeras de longo prazo no país desenha um futuro incerto para as políticas públicas. O perigo reside nas propostas de reequilíbrio das contas do Estado que tramitam ligeiras no Congresso Nacional, já que parte delas está sujeita ao desmonte da Seguridade Social pactuada democraticamente na Constituição de 1988. O cerceamento dos direitos elementares que visam assegurar uma vida digna aos cidadãos(as) brasileiros(as) aponta para uma dura realidade findada nos modos de sobrevivência de uma população exposta ao desemprego e que carece de atendimento nos serviços públicos.

Dessa forma, as mudanças pensadas para conter o gasto público que superou a margem de receitas somente a partir de 2014 no contexto de crise econômica não priorizam a retomada do crescimento e via de regra oneram diretamente a classe trabalhadora em maneiras e intensidades distintas, considerando a heterogeneidade que marca o nosso mercado de trabalho.

O eixo da reforma enquadra-se nos seguintes aspectos:

- I) Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição;
- II) Estabelecimento de idade mínima de 65 anos para acessar o benefício, independente das especificidades relativas às condições socioculturais e biológicas entre homens e mulheres, à diferenciação do trabalho no campo e na cidade, ao caráter do setor público e do setor privado, à realidade da profissão do ensino no magistério;
- III) Mudança do cálculo cujo efeito é a redução do valor dos benefícios previdenciários em geral;
- IV) Proibição de acúmulo de benefícios, como pensões e aposentadorias; e
- V) Desvinculação dos benefícios assistenciais e pensões do salário mínimo.

Sobre a estrutura social e sua dinâmica que vai além da perspectiva de déficit, a qual predomina os meios de comunicação de massa e justifica as iniciativas arbitrárias do governo de Temer, o que não podemos perder de vista é que qualquer modificação de regra que pretenda constriar direitos deve corresponder à configuração atual da sociedade e, nesse sentido, o esforço de aplicar

uma regra única para todos, oculta características múltiplas que incorrem sobre as condições de vida no território brasileiro.

Embora seja difícil mensurar o impacto da PEC 287 sobre a Seguridade Social (que abrange incluindo Previdência Social, Assistência Social e Saúde), as consequências diretas de sua aplicabilidade na vida das pessoas não podem ser subestimadas. Por isso, ao contextualizar a reforma da previdência lançamos luz sobre o panorama social, o qual revela principalmente velhos determinantes que reafirmam o estágio inferior das mulheres em relação aos homens em termos de equidade de gênero.

Paralelamente às mudanças prenunciadas pela reforma – que nos leva a perceber o processo de inserção da mulher na sociedade brasileira e os motivos pelos quais se faz necessário regular as relações sociais para estabelecer um patamar justo que balize as diferenciações existentes entre os sexos – a singularidade da profissão docente remete a identidade de gênero que associa a função do professor(a) ao conjunto de símbolos e significados que muitas vezes são responsáveis por impor no espaço escolar, a desvalorização do trabalho feminino.

A partir desses pontos, nosso objetivo é discutir as implicações da reforma da previdência sobre a atividade do magistério, uma profissão que possui forte identificação com o trabalho da mulher e constitui laços sociais que muitas vezes exprimem a discriminação reproduzida na família, no trabalho e conseqüentemente no espaço da escola. Nesse aspecto, a PEC 287 agrava as condições de vida da mulher educadora, prejudicando o seu acesso aos direitos universais de cidadania.

A PREVIDÊNCIA ENQUANTO DIREITO SOCIAL E O SEU DESMONTE

A Previdência Social cumpre papel inscrito na Constituição de 1988 e integra a estrutura de bem-estar social do Brasil. Conforme o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS 2015) e o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS, nov.2016), no conjunto de espécies de benefícios previdenciários e assistenciais existentes para as mulheres, está previsto o salário-maternidade que em 2015 beneficiou mais de 1 milhão de mulheres que tiveram filho(a) (parto ou adoção), válido também para ocorrências de aborto, cujo valor

médio mensal foi de R\$ 954,78. No caso do auxílio-reclusão, 61% dos beneficiários dependentes de baixa renda são do sexo feminino e o valor médio mensal do benefício foi de R\$ 1.105,02. A pensão por morte beneficiou, somente em 2015, mais de 271 mil mulheres, equivalente a 74% do total de dependentes abrangidos por este benefício (365 mil pessoas) com o valor médio de R\$ 1.390,05.

O amparo assistencial aos portadores de deficiência e ao idoso é conhecido como Benefício da Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS). Em 2015, mais de 2,3 milhões de portadores de deficiência ativos receberam o auxílio, sendo 84% do sexo feminino. O último valor médio mensal foi de R\$ 880,06. Já o valor médio do salário pago aos idosos acima de 65 anos que totalizaram quase 2 milhões de beneficiários em 2015 foi de R\$ 902,33. Novamente, a participação das mulheres foi majoritária, representando 58,5% do total dos assistidos por esse benefício.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que atende os contribuintes do INSS beneficiou 4 milhões de trabalhadores no ano de 2015, sendo 27,5% relativos às aposentadorias. Proporcionalmente, pouco mais de um terço das mulheres receberam até um piso previdenciário equivalente a um salário mínimo. De acordo com as regras atuais, a aposentadoria por idade que estabelece 65 anos para homens e 60 para mulheres requer contribuição durante 15 anos.

Já nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), foram contabilizados em 2015, 7,6 milhões de servidores distribuídos nos três níveis: federal, estadual e municipal. De acordo com as regras vigentes, a idade mínima para o servidor se aposentar é de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, no caso das mulheres. O cumprimento dos limites de 10 anos de serviço público e 5 anos de tempo no cargo efetivo vale para aposentadoria por idade.

Em ambos os regimes, a aposentadoria por tempo de contribuição exige que os homens contribuam durante 35 anos e as mulheres 30 anos. Nesse caso específico, a PEC 287 pretende criar a idade mínima como um requisito a mais para aqueles(as) que já alcançaram o tempo de contribuição, mas de acordo com a expectativa de sobrevida que aponta para o envelhecimento populacional e a redução da natalidade, poderiam manter-se ativos no mercado formal de trabalho. Na prática, a aposentadoria por idade

mínima (65 anos) associada ao tempo de contribuição (mínimo de 25 anos) obriga a população a trabalhar por mais tempo para continuar financiando a previdência, ao passo que reduz a duração de recebimento do benefício por parte do cidadão (ã).

As proposições contidas no texto incluem as regras de transição que dispensa homens com idade superior a 50 anos e mulheres acima dos 45 anos das condições gerais previstas, exigindo, contudo, o cumprimento de um pedágio de 50% a mais sobre o tempo que restaria para completar o mínimo de contribuições pelas regras vigentes. Isso significa que dos 70,1 milhões de trabalhadores contribuintes do RGPS, 56,6 milhões serão afetados com as novas regras. Trabalhadoras de até 44 anos e que contribuem para a previdência somam 22,6 milhões (AEPS, 2015).

A diferença de 5 anos entre homens e mulheres para acessar os benefícios dos regimes previdenciários, tanto por tempo de contribuição quanto por idade, leva em conta a sobrecarga imposta às mulheres em relação às responsabilidades familiares, o que inclui a realização de afazeres domésticos e cuidados com crianças e idosos, tarefas que duplicam ou até triplicam a jornada de trabalho, mas que não são computadas para fins de remuneração. De acordo com o estudo encomendado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – antes, ligada à Presidência da República e com a MP 726/2016 passou a se vincular ao Ministério da Justiça e Cidadania, intitulado ‘Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-constituinte’, argumenta-se “que o Estado não assume a oferta de equipamentos de educação infantil, bem como outros equipamentos a exemplo de restaurantes populares e lavanderias públicas o que poderiam aliviar a dupla jornada das mulheres; e que, no âmbito privado, os homens não dividem as tarefas domésticas com as mulheres” (CFEMEA, 2006, p. 29).

A divisão das responsabilidades familiares entre trabalhadores de sexos opostos está prevista na Convenção 156 da OIT. Contudo, a promoção da igualdade de oportunidade nas relações de trabalho e no espaço privado ainda está distante da realidade das brasileiras, como mostra a Síntese de Indicadores Sociais (2015) do IBGE que revelou que das 42,4 milhões de mulheres ocupadas, 90,7% realizavam atividades no âmbito domiciliar e de cuidados com a família, ao passo que apenas 51% dos homens ocupados declararam realizar afazeres domésticos. Esse dado mostra o acúmulo de atividades sobre a rotina

da mulher e não uma distribuição equânime de tarefas. Outro dado que chama atenção para o perfil ocupacional feminino é sobre o trabalho doméstico, regulamentado pela EC 72/2013 e posteriormente pela LC 150/2015, já que 92% da força de trabalho são compostas por mulheres. Embora o percentual de contribuição previdenciária tenha aumentado significativamente após a recente formalização, o trabalho doméstico ainda carrega o ônus por ter sido considerado ocupação inferior em relação ao trabalho formal no que concerne aos direitos trabalhistas e previdenciários ao longo da história.

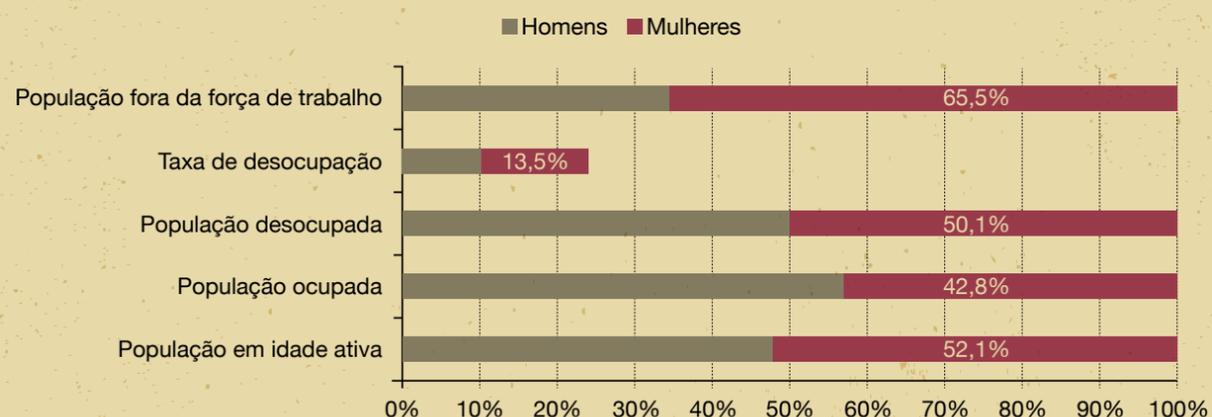
Ademais, as condições desfavoráveis vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho no que se refere aos postos de emprego mais precários, a desigualdade salarial, a maior informalidade e a rotatividade são acentuadas em tempos de recessão econômica, quando as consequências danosas para a classe trabalhadora em termos de desemprego e queda da renda ficam mais latentes.

Ainda que os indicadores da PNAD Contínua (3º trimestre/2016) tenham mostrado que as mulheres são

maioria entre as pessoas em idade de trabalhar (52,1%), no grupo de pessoas ocupadas houve predomínio de homens em 57,2%. Na mesma direção, a população desocupada foi em sua maioria do sexo feminino (50,1%). Já a população fora da força de trabalho foi composta por 65,5% de mulheres. No aspecto da renda, a lacuna é visualizada pela diferença salarial que recai sobre a mulher trabalhadora cujo rendimento médio advindo de trabalho informal foi 34,8% inferior ao do homem, situação não muito diferente em relação ao rendimento médio advindo de trabalho formal que foi 23,1% menor que o do sexo masculino.

É importante destacar também que em 2014, o nível de ocupação da população idosa, ou seja, de pessoas de 60 anos ou mais de idade, foi de 29,1% para os homens e de apenas 18,9% para as mulheres, apontando a necessidade de garantir uma fonte de renda previdenciária, sobretudo para as mulheres que a partir dos 50 anos de idade encontram dificuldades muitas vezes intransponíveis no mercado de trabalho (SIS-IBGE, 2015).

GRÁFICO 1 – INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS COM 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO – BRASIL, 3º TRIMESTRE DE 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: DIEESE.

Diante da realidade do trabalho e da sociabilidade que reproduz desigualdades, muitas delas baseadas no gênero, coube à legislação brasileira estabelecer regras compensatórias para assegurar o bem estar-social da mulher. Nesse sentido, a regra que permite à mulher

se aposentar antes do homem é fundamental para assegurar condições dignas de vida, visto que a dinâmica do mercado é excludente do ponto de vista da colocação e da empregabilidade em idade madura.

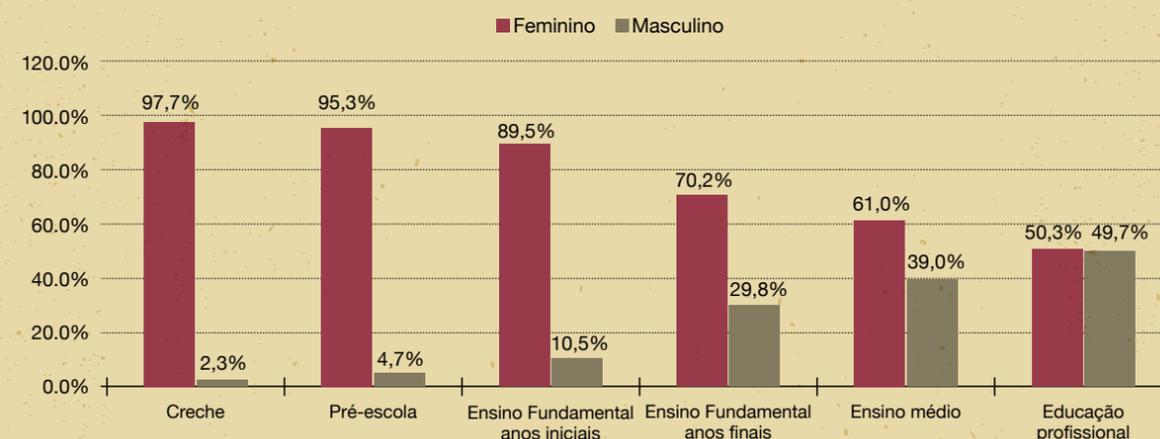
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E A CARREIRA DOCENTE NO MAGISTÉRIO

A dimensão jurídica que assegura regras distintas de acesso à previdência social entre homens e mulheres é a mesma que permite aos(as) professores(as) da educação básica a aposentadoria antecipada. Por ser considerada profissão penosa (§ 5º do art. 40 da CF), educadores do magistério podem se aposentar aos 60 anos (homem) e aos 55 (mulher). No caso do(a) professor(a) do RGPS, é possível requerer a aposentadoria por tempo de contribuição para os homens que completarem 30 anos de contribuição e para as mulheres que alcançarem 25 anos de contribuição. Já o(a) professor(a) do RPPS pode requerer aposentadoria por tempo de contribuição aos 55 anos de idade para o homem e 50 anos de idade para a mulher.

Sabendo que a PEC 287 elimina a diferença de idade entre homens e mulheres, ao uniformizar as

condições de acesso também para os profissionais do magistério penaliza duplamente os direitos da professora, primeiramente por atingir todas as pessoas do sexo feminino e, em segundo lugar, por extinguir a aposentadoria especial do magistério. No Brasil, existem 2,1 milhões de professores atuantes na educação básica e apenas 435 mil são do sexo masculino. Esse universo de maioria feminina é confrontado cotidianamente pela necessidade de formação continuada, plano de carreira com valorização do professor(a), e priorização de maiores investimentos na educação como um todo. Dessa forma, o modelo de previdência que está sendo desenhado mostra-se irredutível no que diz respeito à identidade do trabalho na educação básica que é constituído em quase sua totalidade por mulheres docentes em praticamente todas as etapas do ensino básico, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ETAPAS DE ENSINO – BRASIL, 2015

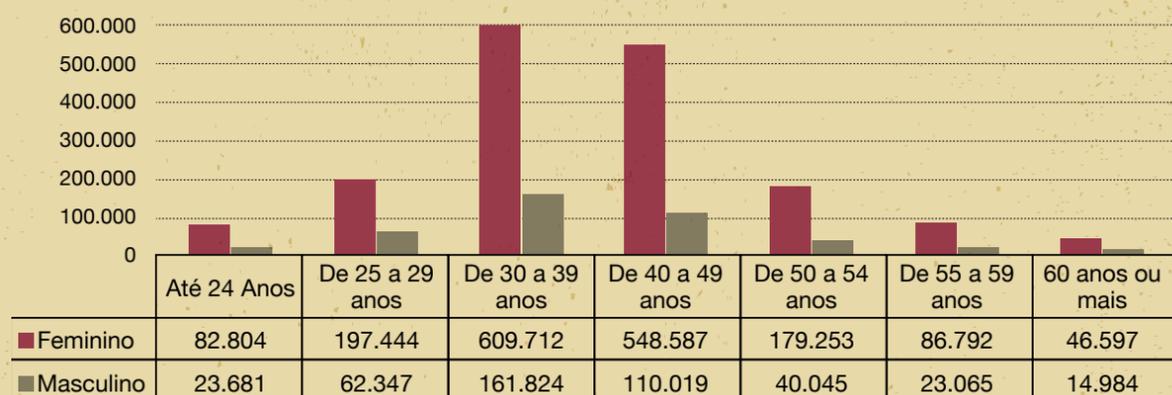


Fonte: Sinopse Censo da Educação Básica (2015); Sinopse Censo da Educação Superior (2015). Elaboração: DIEESE.

O conteúdo da PEC 287 ainda apresenta a regra de transição aplicada para o professor que é considerado segurado especial valerá para homens que tiverem idade igual ou superior a 50 anos e mulheres de 45 anos ou mais de idade, desde que se cumpra o pedágio que corresponde ao aumento de 50% do tempo que resta para alcançar o número de contribuições necessário

para requerer o benefício. Nesse caso, como mostra o Censo Escolar (2015), os professores da educação básica estão concentrados nas faixas etárias entre 30 e 49 anos. Uma observação breve permite afirmar que pelo menos 1,2 milhão de profissionais da educação básica serão impactados pela reforma, já que não estão enquadrados nas regras de transição.

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA – BRASIL, 2015



Fonte: Sinopse Censo da Educação Básica (2015); Sinopse Censo da Educação Superior (2015). Elaboração: DIEESE.

Os perigos que ameaçam os direitos previdenciários apontam para retrocessos em relação às iniciativas do Poder Público articuladas com movimentos sociais, sindicatos, coletivos e sociedade civil em prol da cidadania e fim da discriminação. Dessa forma, ao nos debruçarmos sobre o perfil dos professores da educação básica, identificamos a desvalorização estrutural da carreira, o que coloca em evidência os problemas atuais da educação do país que permanecerão como entrave para o desenvolvimento socioeconômico e ampliação das oportunidades.

Os efeitos da função docente atuam sobre a saúde e sobre o processo de adoecimento das professoras na educação básica. Dentre as ocupações no mercado de trabalho, o ensino do magistério está entre as que mais corroboram com as condições degradantes de emprego. Com base no levantamento recente feito pelo DIEESE (2016), aproximadamente 400 mil professores possuem mais de um vínculo de trabalho, sendo que 25,3% dos professores de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª série) recorreram ao segundo emprego. Uma das causas está relacionada à baixa remuneração que leva o professor a buscar formas alternativas de trabalho para agregar a renda.

O estudo ainda mostra que o adoecimento é uma das principais causas de afastamento do trabalho do professor. Em 2014, mais de 9 mil professores da educação básica ficaram afastados por doença

ocupacional. Na maioria dos casos, os motivos estão associados aos transtornos mentais e comportamentais derivados de um ambiente de intensa pressão da escola com violência psicológica e um convívio nem sempre amistoso com os alunos.

A predominância de mulheres docentes no magistério é um dado que precisa ter o seu lugar na reflexão sobre a educação brasileira, considerando que a desvalorização da profissão é parte de um processo que carrega contradições inerentes ao papel histórico e cultural que formatou a identidade feminina nas escolas. Nas palavras de Claudia Pereira Vianna (2001):

(...) o sexo da docência se articula com a reprodução de preconceitos que perpetuam práticas sexistas. O processo de feminização do magistério associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola (VIANNA, 2001, p. 90).

Assim, a trajetória ocupacional ganha traços de feminização responsável por exercer sobre o imaginário coletivo, parâmetros morais que reforçam interações sociais baseadas no preconceito e, conseqüentemente, anulam a dignidade do trabalho da mulher em suas diversas facetas.

Nesse ponto, ao aprofundar as mazelas que atingem a docência a reforma da previdência impossibilita o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem condições mais humanas para a existência das mulheres, já que impõe às professoras uma única regra de acesso desconsiderando que as diferenças socioculturais, as quais minimizam o papel da mulher na sociedade, ainda persistem na estrutura familiar e no mercado de trabalho. Enquanto essa dinâmica injusta não for alterada, a PEC 287 representará um grande retrocesso na luta pela emancipação das mulheres a partir da ampliação de direitos e participação na arena pública.



Referências bibliográficas:

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues (Org.), Íaris Cortês (Org.) -- Brasília: Letras Livres, 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário da saúde do trabalhador. São Paulo: DIEESE, 2016.

_____. PEC 287: A minimização da Previdência pública. Nota Técnica, Número 168 - Janeiro 2017 [online]. Disponível em www.dieese.org.br

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. Cad. Pagu [online]. 2002, n.17-18, pp.81-103. Acesso em janeiro de 2017.

NERY, P. F. Reforma da Previdência: uma introdução em perguntas e respostas. Brasília:

Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, Dezembro/2016 (Texto para Discussão nº 219). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

As suas, as minhas, as nossas lutas!

A educação sofre com o avanço da direita neoliberal em vários países. A tendência em se tratar o ensino como uma mercadoria, e sua conseqüente privatização, alertam educadoras de todo o mundo para a ameaça a direitos adquiridos, principalmente em países da América Latina. Em Brasília, em janeiro, educadores/as de 18 países estiveram reunidos em um Seminário Internacional, para discutir a educação e seus desafios. O que se viu foi que os problemas são globais e as ameaças idem.



No meu país as turmas são muito grandes. Temos classes com 90, 100 alunos por sala no ensino primário. Damos aulas a meninos sentados no chão em salas de aula que são árvores”. O relato de Beatriz Muhorro Manjama, presidente da Organização Nacional dos Professores (ONP), de Moçambique, feito para uma plateia de educadores dos quatro cantos do mundo, emocionou a todos os presentes.

Beatriz, juntamente com outras educadoras, representantes de organizações e instituições em educação de vários países da Europa, África, Japão e América Latina, participaram do Seminário Internacional, evento que

Jan Estman (Canadá), homenageada pelo pioneirismo na construção de políticas para mulheres no meio sindical.



“ E investir a sério [na educação] significa melhoria de condições de trabalho e da nossa formação e repensar as carreiras profissionais ”

Beatriz Muhorro Manjama (Moçambique)

precedeu o 33º Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizado em janeiro, em Brasília.

O seminário foi fértil para a troca de experiências e debates sobre perspectivas e desafios da educação num contexto internacional. Cada país com a sua realidade, cada educador com sua percepção, todos tiveram em comum a reflexão de que a América Latina vive hoje sob forte impacto de movimentos da direita neoliberal e sofre com a perda de direitos adquiridos e a ameaça de um retrocesso em relação à educação pública de qualidade.

Retrocesso - “Estamos vivendo hoje na Argentina a expressão mais dura do neoliberalismo”, lamenta Sonia Alesso, secretária geral da Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (Ctera). Ela conta que, na Argentina, a partir da eleição do governo de Mauricio Macri, em dezembro de 2015, “estamos vendo o retrocesso de todas as políticas públicas e processos democráticos que nós, docentes argentinos, vimos lutando muito,

juntamente com todos os docentes da América Latina”, completa.

Sônia cita, como exemplos de conquistas e lutas em seu país, as demandas por paritarismo docente, a Lei Nacional de Educação, de 2005, a Lei de Financiamento Educativo - que elevou o investimento em educação de 2% a 6,5% do PIB, e que significou investimentos importante, por exemplo, “para as escolas em contexto de vulnerabilidade, o uniforme de crianças mais pobres, a criação de programas nacionais de educação pela arte”, elencou.

Para Elbia Pereira, da Federação Uruguaia do Magistério, o diálogo com a sociedade, dentro do

“ Estamos vivendo hoje na Argentina a expressão mais dura do neoliberalismo ”

Sonia Alesso (Argentina)

magistério, se torna fundamental “porque acontece onde nos visamos ao que são as crianças, à aprendizagem delas, à melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos”, alerta.

A supressão de matérias dos currículos escolares, como foi proposta pelo governo Golpista de Michel Temer, é uma tentativa “da direita em retirar tudo que seja um ensino crítico nas nossas escolas”, avaliou a argentina.

A retirada de direitos e a questão da privatização da educação foram citados, entre as educadoras dos vários países, como uma ameaça global, que extrapola fronteiras. “A educação é hoje um negócio, portanto, há tentativa de questionar as funções sociais do Estado, considerar que a educação pode ser prestada por entidades públicas ou por entidades privadas. Há, em muitos países, esta política que, geralmente, se chama de livre escolha e, portanto, a questão do peso do ensino privado, a promoção, o favorecimento do ensino privado é, de fato, uma realidade”, avalia Manuela Mendonça, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) - maior federação sindical docente de Portugal.





Para Elbia Pereira (Uruguai), o diálogo com a sociedade dentro do magistério é fundamental e ajuda a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Segundo ela, Portugal vive hoje uma situação diferente da do restante da Europa, com a eleição de um governo de esquerda. “O governo que temos hoje é uma experiência totalmente nova. Em 42 anos de democracia, nunca tivemos um governo totalmente apoiado por todos os partidos de esquerda no parlamento, nunca, e ninguém julgaria que fosse possível até um ano atrás”, constata. Manuela lamenta que, na América Latina, se vivencie hoje o que ela chamou de contraciclo. “Nós, na Europa, olhávamos há alguns anos (a América Latina) como uma esperança e a comprovação de que havia alternativas ao neoliberalismo, porque aqui havia vários países com governos populares, que haviam conseguido resistir a estas políticas, e neste momento é o contraciclo”, lamenta.

Valorização - A defesa da escola pública, a valorização dos profissionais em educação, a melhoria da qualidade do ensino, a educação pública com qualidade social, a não privatização e mercantilização da educação são lutas mundiais, de acordo com as mulheres representantes internacionais que

participaram do Seminário. E a mobilização em contraponto ao avanço da direita se faz urgente. “A direita ataca qualquer tentativa de reflexão crítica, e isto também se vê muito claramente na Argentina”, ressalta Sônia.

O reconhecimento e a valorização dos profissionais em educação ecoam em países distintos, independentemente do continente. “Nós agora temos um desafio muito grande, porque até dois anos atrás o governo de Moçambique não queria aceitar a sindicalização na função pública. Foi graças à intervenção das organizações internacionais de professores, como a Internacional da Educação (EI) e a Comunidade dos Países de Língua

“A educação é hoje um negócio, portanto, há tentativa de questionar as funções sociais do Estado”

Manuela Mendonça (Portugal)

Portuguesa (CPLP), e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que acabaram cedendo”, diz Beatriz, que comemora, mas lamenta: “aprovaram na assembleia da República e, foi divulgado em lei. Agora para a implementação é um problema. Eles colocam uma série de dificuldades para nós podermos registrar como sindicato”.

De acordo com ela, o primeiro e grande desafio é fazer com que o governo invista a sério na educação pública. “E investir a sério significa melhoria de condições de trabalho e da nossa formação e repensar as carreiras profissionais”, pontua.

A luta dos profissionais em educação, e principalmente das mulheres, tem o seu pioneirismo na figura da canadense Jan Eastman. Ela foi a responsável pela realização da primeira Conferência voltada para as mulheres da Internacional da Educação, em 2011, em Bancoque, Tailândia, que precedeu o 6º Congresso Mundial, realizado na África do Sul. Durante o 33º congresso da CNTE, a canadense foi homenageada em reconhecimento ao seu empenho e força nessa luta.



São dois pra lá, duas pra cá



Mulheres compõe 50% da nova gestão da CNTE

Uma sociedade justa e igualitária precisa romper com as desigualdades históricas entre homens e mulheres, sobretudo nos espaços de representação política. A CUT entrou para a história do movimento sindical como a primeira central a aplicar a paridade de gênero. Essa medida foi deliberada em 2012, no 11º Congresso da Central Única dos Trabalhadores (Concut), que definiu a obrigatoriedade estatutária de as direções da CUT nacional e em todos os estados do Brasil terem 50% de mulheres e 50% de homens, a partir de então.

A CNTE, filiada à CUT, também avança nesse campo: a atual diretoria

é composta por 26 mulheres (metade dos membros). A novidade desta gestão é que elas estão ocupando cargos importantes como a vice-presidência e a secretaria de finanças, além de dividir igualmente os cargos com os homens. Desde a gestão anterior a secretaria geral já estava sob o comando de uma mulher.

A categoria dos trabalhadores em educação é formada majoritariamente por mulheres. Por isso, é ainda mais importante que o sindicato que as representa também possa espelhar essa realidade.

No estudo Mulheres no Trabalho: Tendências 2016, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

apontou que as mulheres ganham 77% do salário que os homens recebem para executar o mesmo tipo de função. A entidade estimou que a paridade salarial entre mulheres e homens vai levar mais de 70 anos para ser alcançada.

Com a conquista da paridade na CNTE, as mulheres sindicalistas estão enfrentando o círculo vicioso do machismo e do patriarcado, presente na sociedade e no movimento sindical. Elas estão alcançando cada vez mais reconhecimento e condições necessárias para que, de fato, a igualdade de gêneros aconteça no mundo do trabalho e em todos os espaços de representação.

A insustentável leveza do gênero

Hoje ou amanhã? Azul ou cor-de-rosa? Perto ou longe? Homem ou mulher? A vida está frequentemente colocando à prova o poder de decisão de homens e mulheres.

Por **Katia Maia**

Os gostos, as preferências musicais, os lugares, as pessoas. Tudo para que se posicionem e se identifiquem (ou não) com algum grupo, tendência ou estilo. O mundo cobra e muitos aceitam. As preferências de cada um fazem parte de um processo de elaboração do ser humano - sob os aspectos social, cultural e sexual, dentre outros.

O criador da psicanálise, Sigmund Freud, declarou que a sexualidade não se resume aos órgãos genitais, mas envolve também aspectos psicológicos, sociais e comportamentais. Décadas depois das declarações do psicanalista, a sexualidade se mostra muito mais fluida do que parece.

Em processo dinâmico, as denominações para a identidade

de gênero se multiplicam. Vão do heterossexual e homossexual ao transexual, pansexual, cisgênero, transgênero, travesti, não binário, trans não binário, andrógino, gênero fluido. A liberdade de gênero nunca esteve tão em pauta neste processo de construção da própria identidade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), gênero compreende "características socialmente construídas sobre mulheres e homens". A OMS destaca a importância em ser sensível às "diferentes identidades que não necessariamente se encaixam nas categorias binárias de masculino ou feminino".

"Estou em processo de desconstrução, tem momentos que quero vestir saia e salto alto, mas não me sinto transexual", se define André Baioff, 24 anos, estudante

de jornalismo. Com um visual beirando a neutralidade, André conta que muitas vezes é confundido na rua com uma "moça" e se diverte com isso. "Tenho uma amiga que, quando me conheceu, confessou que pensava que eu era uma lésbica", ri.

Assim, cada vez mais, jovens que se desidentificam com o estereótipo binário e buscam ser reconhecidos como pessoas (apenas). Independentemente de seu gênero, buscam seu espaço e se posicionam contra o "padrão de gênero que nos é imposto", diz Guilherme Lopes Teixeira, 20 anos, estudante de Relações Públicas na UNESP, de Bauru, e estagiário de uma editora de revistas.

Padrão Imposto - Guilherme assume sua identidade não binária - que foge ao padrão homem-mulher e que não se sente confortável em uma divisão entre gênero masculino e gênero feminino. Ele questiona o seu gênero e abdica, segundo o próprio, do papel de macho, passando a performar o seu gênero de forma vista como 'feminina': "Isso me torna menos respeitado e tecnicamente

diminuiria minha masculinidade e me tornaria mais feminino, e isso é inaceitável dentro de uma sociedade machista?", pergunta.

Marina recentemente adotou Mar como seu nome. Artisticamente, gosta de ser chamada de Saint Hills apenas. Com 20 anos, ela conta que sua identidade é fundamentalmente não binária, "por que existem várias coisas femininas sobre mim, assim como masculinas. Eu tenho uma vivência que sempre foi uma dança entre dois gêneros", define.

Estudando Música em São Francisco, ela se recorda que, desde muito

“ Expresso meu gênero com muitos signos que são lidos como femininos, é notória a confusão que isso causa nas pessoas, pela maneira que elas olham ou se confundem ao usar ele ou ela ”

Guilherme Teixeira Lopes

Guilherme Teixeira Lopes



Foto: arquivo pessoal



Foto: Janaina Lobo



Mar Saint-Hills

cedo, teve a consciência mas nunca teve palavras para expressar ou explicar o que sentia. “Tenho lembranças desde os 3 anos de não me sentir muito como uma menina e me sentir inclinadx* a coisas estereotipadas como de menino”, revela.

Guilherme lamenta que “desde sempre se aprenda que o mundo, e o nosso gênero, é definido de forma binária e dividido, desde o rosa e o azul. As pessoas, muitas vezes, não conseguem compreender aquilo que não vai ao encontro desse padrão imposto”.

Vestuário - Diego Arcos, estudante, 23 anos, de São Paulo, também se autodefine não binário. “Então eu



“**Tenho lembranças desde os 3 anos de não me sentir muito como uma menina e me sentir inclinadx* a coisas estereotipadas como de menino**”

me assumi muito cedo para minha família, com 16 anos”, lembra. Ele relata que sempre soube que “era diferente das outras pessoas” e que nunca se viu nem como homem nem como uma mulher, embora destaque que não foi fácil e que a aceitação na família foi bem complicada.

“Eles nunca entenderam esse meu jeito de ser. Mas com o tempo pararam de falar sobre o assunto”. Diego esclarece: “Nunca me considerei com o gênero imposto pra mim e desde pequeno sempre fui afeminado”, confirma.

André, Guilherme e Diego se sentem bem vestindo roupas femininas, mas isto não significa que querem ser mulheres. “Não existe esta imposição de gênero”, esclarece André. Entretanto, vestir roupas do mundo feminino os deixa confortáveis. “Eu me visto com roupas que me sinto bem e a grande maioria delas é feminina”, confirma Diego.

Embora alguns não binários recorram a tratamentos hormonais para provocar mudanças corporais e



André Baioff

se aproximarem mais ainda do visual ‘sem gênero’, Diego diz que não faz nenhum tratamento com hormônios. Guilherme complementa: “o não binário de gênero não tem a ver com sexualidades, existem pessoas não binárias ginessexuais (atração pelo gênero feminino), androssexuais (atração pelo gênero masculino), polisssexuais (atração por vários gêneros), pansexuais (atração por todos os gêneros)”, diz.

Mar, em contrapartida, confessa que sente muito desconforto quando enxerga ou percebe os aspectos femininos sobre o seu corpo, por isso pretende tomar hormônio testosterona. Segundo ela, “muitas mulheres (cis) sentem que precisam de peitos maiores para se sentirem mais mulher, e procuram fazer silicone, por que isso, de uma forma ou outra, afirma o gênero delas. Não é muito diferente da minha história, exceto que, no meu caso, praticamente tudo sobre o meu corpo que

representa a feminilidade eu gostaria de inverter para a masculinidade”, destaca.

Para ela, ser não binário não significa que queira se relacionar com os dois gêneros, “por que sexualidade e gênero são duas coisas diferentes. Eu não sou nem pansexual nem bissexual. É muito importante entender que há uma diferença entre sexo, gênero, e sexualidade”. Ela justifica que “em termos românticos e sexuais, eu sou atraídx pela feminilidade e por mulheres”, afirma.

Ao se reconhecer como não binário, Guilherme esclarece que realmente não se importa se é chamado pelo pronome masculino ou feminino. Segundo ele, “expresso meu gênero com muitos signos que são lidos como femininos, é notória a confusão que isso causa nas pessoas, pela maneira que elas olham ou se confundem ao usar *ele* ou *ela*”, compreende.

“**Tenho uma amiga que, quando me conheceu, confessou que pensava que eu era uma lésbica**”

André Baioff

GLOSSÁRIO DE GÊNERO

Não binário: que não se sente confortável em uma divisão entre gênero masculino e gênero feminino.

Cisgênero: se identifica com o sexo biológico, aquele atribuído no nascimento baseado nas genitálias: pênis = homem, vagina = mulher.

Transgênero: não se identifica com o gênero atribuído a elas no nascimento.

Gênero fluido: não tem uma identidade de gênero fixa, transitando entre os gêneros.

Agênero: “sem gênero”, e quer dizer que a pessoa não se identifica com nenhum gênero, nem mesmo o fluido.

“x” ou “@”

Uso do “x” ou “@” para determinar a neutralidade de gênero faz parte da “linguagem não binária” ou “linguagem neutra”. Conceito defendido por ativistas dos movimentos inclusivos de gênero, tem como objetivo descaracterizar o “binarismo” da linguagem, isto é, a ideia de que palavras são necessariamente femininas ou masculinas.

Muito pior do que está

Especialistas, pais e professores temem retrocesso no processo de inclusão de crianças com deficiência com a Emenda Constitucional 95, que congela investimentos federais por 20 anos.

Por Ludmila Pizarro



Foto: shutterstock

Uma pequena, silenciosa, mas consistente revolução ocorrida nos últimos 15 anos nas escolas regulares do país corre o risco de desaparecer na próxima década por falta de recurso. Em 12 anos, o número de alunos com deficiência matriculados em escolas não especializadas cresceu 1.000%, passando de 43,9 mil, em 1998, para 484,3 mil em 2010, segundo dados do Ministério da Educação. No início da década, a maioria desses alunos já estava em escolas regulares, 68,9%. Essa porcentagem era de apenas 13% em 1998. Os demais estavam matriculados no chamado ensino especial, onde os alunos não convivem com crianças sem deficiência. “Mesmo com todas as dificuldades, não tenho nenhum colega que não defenda a inclusão, que não concorde que ela é um avanço”, afirma a professora de Artes das redes municipais de Belo Horizonte e Betim, Raquel de Meireles Souza.

Porém, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95 pelo Senado Federal, que prevê o congelamento dos investimentos da União em educação a partir do ano que vem por pelo menos dez anos, a estrutura que sustenta as crianças com deficiência nas escolas pode ser descontinuada. No ano passado, 23% da receita líquida de impostos do país foram investidos na educação.

Segundo a estimativa da Associação Brasileira em Ação pelos Direitos dos Autistas (Abraça) e da Associação de Mães e Amigos dos Deficientes (Amadef), desse montante, 3% foram dedicados à inclusão em escolas regulares públicas. Já em 2017, o investimento total em educação ficará próximo aos 18% garantidos pela Constituição, uma queda de cerca de 22%. Com a EC 95,

ou do teto dos gastos, esse valor menor será corrigido pela inflação em 2018 e continuará assim por pelo menos dez anos, quando o Presidente da República poderá alterar a regra. Se isso não for feito, a educação ficará sem aumento real nos investimentos até, ao menos, 2036.

“O governo está dizendo que vai congelar, mas que não vai cortar nada. Mas congelando, automaticamente está cortando, não pela diminuição do dinheiro, mas pelo aumento da demanda. Isso o governo não explica”, alerta o presidente do Instituto Superação, Maurício Moreira. Ele é pai de Maxwell, 10, e Mathews, 8, ambos diagnosticados com autismo e alunos da rede municipal de Belo Horizonte. “Quando meus meninos entraram (na escola pública, em 2010) não havia 1.000 alunos com deficiência na rede. Hoje, em Belo Horizonte, tem mais de 5.000. Se tivesse congelado o gasto em 2010, em 2016 seria o mesmo orçamento e cinco vezes mais alunos”, avalia Maurício.

Para a psicopedagoga Sylvania Maria da Silva, “a população mais afetada será a de municípios pequenos e pobres e das periferias das

“

O governo está dizendo que vai congelar, mas que não vai cortar nada. Mas congelando, automaticamente está cortando, não pela diminuição do dinheiro, mas pelo aumento da demanda. Isso o governo não explica

Maurício Moreira

”

Campanha da Abraça por um Brasil mais inclusivo



Imagem: Divulgação

“Quando meus meninos entraram (na escola pública, em 2010) não havia 1.000 alunos com deficiência na rede. Hoje, em Belo Horizonte, tem mais de 5.000. Se tivesse congelado o gasto em 2010, em 2016 seria o mesmo orçamento e cinco vezes mais alunos

Maurício Moreira

Maurício e seus dois filhos, o Maxwell, de 10 anos e camisa amarela, e o Mathews, de 8, de camisa azul.

Foto: Arquivo Pessoal



grandes cidades. Entre eles, está o estrato das pessoas com deficiência, mais vulnerável ainda porque demanda maior investimento familiar em saúde e reabilitação, além do tempo para acompanhamento”. Silvania é professora da rede municipal de Contagem e membro da Abraça em Minas Gerais. Entre a estrutura que poderá ser prejudicada com os cortes, ela cita adaptações físicas, como rampas e elevadores; salas de recursos multifuncionais; profissional de apoio, que auxilia o aluno com deficiência quando necessário; materiais adaptados; formação e capacitação da equipe pedagógica; dificuldade na obtenção de laudos médicos e psicológicos para uso da equipe pedagógica e para registro do aluno com deficiência no Ministério da Educação.

Modelo - Outro risco com o corte de investimentos é de que as crianças com deficiência voltem para as escolas especiais, onde não há diversidade. Com a atual legislação, a matrícula na escola regular é obrigatória. “A maioria das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) pode, atualmente, ser considerada como entidade de apoio à educação, atuando no con-

tratrurno escolar. Em São Paulo, estão se mantendo apenas como entidades de reabilitação”, explica Manuel Vázquez Gil, membro da

Abraça de São Paulo e da Amadef em São Vicente (SP). Porém, um Projeto de Lei do Senado (PLS 506) quer aumentar o orçamento das Apaes e Associações Pestalozzi com verba de loterias. “O PLS 506 pretende aumentar a verba para essas instituições, e elas podem ser tentadas a voltar a atuar como escolas especiais, prejudicando a inclusão”, afirma Manuel.

Maurício é crítico ao modelo das Apaes. “Não quero que enfiem meu filho em qualquer lugar para ele passar o dia, passar a vida. Tem escola especial de Minas Gerais com aluno de 60 anos. Passou a vida ali. O que ele fez da vida? Foi para lá. As pessoas estão passando a vida nesses lugares”, afirma. Ele também discorda do modelo, por não ser universal. “As Apaes precisam de apoio político para se manter. Isso acaba criando uma dependência dos políticos, que garantem verba anualmente. Já a inclusão é lei, pode mudar o deputado, o governador, o direito se mantém”, conclui. A Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais foi procurada pela reportagem, mas não se pronunciou.

Longe do ideal - Mesmo considerada um avanço, a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares públicas ainda é precária, na avaliação da professora Raquel de Meireles Souza. “Não temos treinamento algum, falta base teórica para trabalharmos”, afirma. Maurício, como usuário do sistema, relata que falta avaliação dos alunos com deficiência. “O que eu espero é que meus filhos aprendam, se tornem funcionais, sejam úteis para a sociedade. Porque senão, quando eu morrer, eles vão ficar internados, responsabilidade da Assistência Social, o que acaba saindo mais caro para o governo, além de ser

desumano”, afirma. Raquel admite que a avaliação do aprendizado das crianças com deficiência ainda é restrita. “A gente avalia positivamente quando recebe um olhar, ganha um abraço, ou encontra algum material que desperta o interesse do aluno com um autismo severo, por exemplo”, diz a professora. “E como evoluir se a gente não tem treinamento, não recebe orientação e ainda divide a atenção com mais 30 alunos em sala de aula?”, questiona.

Por outro lado, Raquel destaca o papel social da escola na vida das crianças com deficiência. “Antes, essas crianças ficavam dentro de casa sem perspectiva alguma, sendo chamadas de incapazes, de doidas, pela vizinhança. Hoje, tenho alunos com acesso a um ônibus, que vai à casa deles para trazer para a escola, que têm auxiliar na sala. Com o fim dos investimentos, o corte dessas ações vai ser

desastroso para a manutenção deles nas escolas”, conclui.

Além da educação - A EC do teto dos gastos não coloca em risco apenas a educação das crianças com deficiência, mas também a estrutura de saúde e benefícios que garantem a subsistência de suas famílias. “Hoje a saúde já não atende. A gente tenta a terapia ocupacional, ou uma fonoaudióloga, e consegue uma sessão de meia hora, de 15 em 15 dias para treiná-lo numa habilidade. Ele não vai aprender nunca”, relata Maurício Moreira. E a situação pode piorar. “A EC vai tirar o futuro desses meninos, literalmente. Porque eles não vão ter atendimento para ganhar as habilidades que eles precisam, não vão conseguir desenvolver todo o potencial que eles têm. Eles não vão ter suporte técnico para isso”, opina.

Maurício hoje garante o sustento dos filhos com dois benefícios de prestação continuada (BPCs). Divorciado, é responsável pelas duas crianças e por levá-las para a escola, para médicos e terapias. “O BPC não é um favor, é uma lei que garante um direito e uma cobertura da assistência social para pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. E a gente tem visto que ele está ameaçado com a PEC, com a Reforma da Previdência e com a desvinculação do salário. As pessoas que dependem do BPC não terão reajuste de salário, vão continuar ganhando R\$ 880 e achando bom, com medo de o governo cortar”, critica. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, o governo federal pretende enviar ao Congresso uma proposta para rever as regras do BPC, que atende famílias que têm pessoas com deficiência ou idosas e uma renda menor que 25% do salário mínimo por pessoa.

A INCLUSÃO EM NÚMEROS

A evolução da política inclusiva nas classes comuns do ensino regular se mostra consistente ao longo dos anos





Ilustração: shulienbox

Minha avó, minha vida

Por Kátia Maia

Ah, a casa da avó! Sinônimo de comidinha gostosa, muita brincadeira, vontades feitas. O imaginário de muita gente traz na infância as melhores lembranças da casa da avó. Mas, o que para muitos é apenas um local para brincadeiras e férias, para muitos, nos últimos tempos, tem sido sinônimo da casa principal, onde os netos moram e são criados.

A mudança de perfil da casa dos avós tem vários motivos. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, por exemplo, a criação e o cuidado com os filhos tornaram-se mais um

encargo para as mães que tem de dividir o seu tempo entre o mercado de trabalho e a família.

Não só o mercado de trabalho levou as crianças para a casa das avós em tempo integral, mas também a sociedade moderna, com o divórcio e as novas constituições familiares. Segundo o último levantamento do IBGE sobre o tema, em 2014, o Brasil registrou 341,1 mil divórcios ante 130,5 mil registros em 2004. Um salto de 161,4% em dez anos. O dado é da pesquisa Estatística do Registro Civil 2014.

Na avaliação do IBGE, o crescente número de divórcios concedidos revela “uma gradual mudança de comportamento da sociedade brasileira, que passou a aceitá-lo com maior naturalidade e a acessar os serviços de Justiça de modo a formalizar as dissoluções dos casamentos”.

Com o divórcio, a correria do dia a dia no mercado de trabalho e a própria emancipação da mulher, muitas mães delegaram aos avós a tarefa de criar seus filhos.

Ouro de vó - O Brasil se emocionou como a medalha olímpica de Thiago Braz no salto com vara. O sucesso do atleta trouxe à tona sua história de vida.

Thiago cresceu com os avós em Marília, no interior de São Paulo. Orlando (pescador) e Maria do Carmo (dona de casa) assumiram

a criação do neto, depois que ele foi abandonado pelos pais ainda pequeno. Responsáveis pela criação do menino, os dois relatam que, por dias, ele ficou esperando a mãe com a sua mochila nas costas. Ela nunca veio. O avô e avó, então, viraram referência: “Todas as qualidades que tenho hoje vieram dos ensinamentos deles, que foram meus pais na realidade”, declarou Thiago.

“Meus pais brigavam muito, não sei direito a história completa. Eram muito jovens. Fui morar com meus avós e tive também o apoio de meu tio, Fabiano, ex-atleta. Nos momentos de dificuldade, meu pai não estava presente, mas a minha avó me abraçou e me ensinou a perdoá-los. São seres humanos e merecem o meu perdão. Já os perdoei, a gente tem contato, sei onde moram para que eu possa ajudá-los”, revelou o medalhista olímpico em sua entrevista coletiva durante as Olimpíadas Rio 2016.

O ouro olímpico atribuiu à avó uma parcela importante de sua vida. Segundo ele, ela era exigente, só admitia um resultado nos dias de prova: vencer!

“**Precisamos diferenciar aqueles casos em que os avós assumem o papel de principais cuidadores daqueles em que os avós complementam o cuidado**”

Isabela Machado da Silva



Foto: Renato Alves



A avó Maria Stela e seu neto Rafael, de 16 anos

Em 2014, o Brasil registrou 341,1 mil divórcios ante 130,5 mil registros em 2004. Um salto de 161,4% em dez anos. O dado é da pesquisa Estatística do Registro Civil 2014.

Professora e Avó - Maria Stela Gomes de Matos Nunes Santana tem um nome comprido e o coração maior ainda. Há sete anos, ela assumiu a criação de seu neto Rafael, com nove na época, depois que a mãe dele faleceu em um acidente de carro. Maria Stela, que é mãe de seis filhos e se aposentou como professora, é avó de quinze netos e afirma: "A gente que se envolve com a educação, não adianta, vai morrer com o foco na educação", diz.

Maria Stela conta que desde a criação dos filhos, já tinha a vocação para ensinar as crianças. "Os coleguinhas dos meus filhos vinham aqui para casa e eu terminava dando aulas para eles também, na tarefa de casa",

conta. Ela relembra que seu neto era o caçula e que era muito ligado à mãe. "Até hoje, eu sinto que ele ficou com certo trauma da perda da mãe. Ele teve inclusive acompanhamento com psicólogo", disse.

"Eu tomei conta dele, ele mora comigo desde então. Minha vida foi toda assim, sempre que um filho precisa, ele vem aqui para minha casa." Ela conta que outro filho foi morar nos fundos da casa e, pela proximidade, os netos terminaram tendo também a presença da avó na criação. "Eles vinham aqui para casa para fazer os deveres, para eu levar para as aulas de reforço, inglês, escola, tudo era eu", conta.



Foto: Wander Roberto/Empresas COB

Thiago Braz: minha avó só aceitava um resultado – vencer!!!

De acordo com a psicóloga Isabela Machado da Silva, professora do Depto. de Psicologia Clínica e do PPG em Psicologia Clínica e Cultura da UnB, e editora chefe da Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, a vida moderna tem dificultado a quantidade de tempo que os pais dispõem para passar com os filhos, "mas não creio que isso seja necessariamente sinônimo de uma terceirização da criação. Nesse contexto, precisamos diferenciar aqueles casos em que os avós assumem o papel de principais cuidadores daqueles em que os avós complementam o cuidado", explica.

Os prós e contras de os avós estarem mais presente na vida dos netos traz aspectos positivos e negativos, na avaliação dela, dependendo das condições que levaram a essa organização. "O fato de os avós cuidarem dos netos pode sim ser um fator positivo tanto para as crianças quanto para os seus

pais. Pode fornecer às crianças a proteção, o afeto e a estabilidade que os pais, porventura, não possam oferecer naquele momento, assim como pode garantir aos pais a oportunidade de se reorganizarem, de investirem em seu desenvolvimento pessoal e profissional ou de cuidarem da sua saúde", esclarece.

Ela também contrapõe que "as principais dificuldades em situações como essa tendem a surgir quando as funções a serem desempenhadas não ficam claras para todos os envolvidos ou existem segredos quanto às condições que levaram a essa organização familiar", destaca.

No que se refere aos papéis, de acordo com Isabela, há casos em que os avós não se sentem autorizados a estabelecerem regras ou a definirem limites juntos aos netos por não serem seus pais. "Nesses casos, é necessário um trabalho junto

“ Nos momentos de dificuldade, meu pai não estava presente, mas a minha avó me abraçou e me ensinou a perdoá-los. São seres humanos e merecem o meu perdão. Já os perdoei ”

Thiago Braz

aos avós – e aos próprios pais, quando disponíveis – para que as atribuições se tornem claras para todos. A criança deve ter um adulto que se responsabilize pela sua proteção e pelo estabelecimento de limites e deve saber o que esperar de cada um”, conclui.



“ Encontrei na educação outro rumo ”

Ravena Carmo, jovem infratora que mudou sua história de vida, passou em primeiro lugar na UnB e hoje é poeta, ativista cultural e dá palestras em atividades socioeducativas.

Por **Kátia Maia**

O destino estava traçado: uma menina que nasceu em um ambiente onde a criminalidade era normal, a evasão escolar um requisito certo na vida das crianças da região e as drogas o destino inexorável. Assim, eram escritas as linhas da história de Ravena Carmo: uma jovem que, aos doze anos de idade, se envolveu com o tráfico e, aos 14, já havia cumprido todas as medidas socioeducativas previstas na lei para jovens infratores - desde a advertência até a internação de três anos.

“E da última vez, foi um crime muito grave, contra a vida de uma pessoa. Eu estava dentro do tráfico e a gente não tem escolha. Essa pessoa me devia droga na época, e eu cobrei atirando nela, que, ainda bem, não morreu. Fui sentenciada a três anos de medida socioeducativa, e aí comecei uma outra realidade da minha vida”, conta Ravena.

Adolescente, já havia se evadido da escola várias vezes e estava no 4º ano do Ensino Fundamental, quando foi para uma Unidade de Internação de Brasília, no Distrito Federal. “No primeiro ano, eu toquei o terror lá, não estava

nem aí para nada. Só que eu tinha o acompanhamento psicológico, uma parte pedagógica da unidade. Então, costumo dizer que o que salvou minha vida não foi a medida socioeducativa, foram a educação e a cultura que me mostraram outros caminhos”, relata.

Professor Inspiração - Um educador mudou de vez o destino de Ravena, que, segundo ela, havia chegado como “fruto do fracasso escolar”. De acordo com a jovem, um professor em especial enxergou nela a perspectiva de um futuro diferente. “Ele falou para mim que um dia veria meu nome na Universidade de Brasília (UnB) e eu dizia que não acreditava nisso, começava a rir”, relembra.

Mas a semente havia sido plantada na mente da jovem infratora e, dois anos e onze meses depois, quando deixou a Unidade de Internação, resolveu acreditar nas palavras do seu professor inspirador. “De uma coisa eu tinha certeza: não queria voltar para onde eu estava”, pontua. Ela começou a trabalhar e saiu do emprego para ter mais tempo para estudar. “Usei o dinheiro da minha indenização para

“**Eu estava dentro do tráfico e a gente não tem escolha. Essa pessoa me devia droga na época, e eu cobrei atirando nela, que, ainda bem, não morreu. Fui sentenciada a três anos de medida socioeducativa e aí comecei uma outra realidade da minha vida**”

Ravena Carmo

pagar aulas particulares. No primeiro vestibular, não passei”, lamenta.

A frustração serviu para colocar mais combustível no desejo de Ravena. “Comecei a me lembrar do que ele dizia sobre o meu nome na UnB e comecei em mim o desejo de estudar. Passei a estudar sozinha pelo Youtube, me preparei mais um semestre, fiz outro vestibular e passei!”, comemora.

Fatura - Passou e não foi só isso! Ravena ficou em primeiro lugar no curso de Ciências Naturais, no Campus da UnB, em Planaltina – cidade a 50 quilômetros de Brasília. Dentro da UnB, se deparou com a fatura de uma vida sem preparo escolar e de dificuldade financeira. “Enfrentei dois grandes desafios no primeiro ano: a minha permanência na universidade foi um deles, pois envolvia questões financeiras e o fato de eu já ter um filho e não ter como trabalhar com a grade de aulas da UnB. Bateu um pouco de desespero. O segundo foi o conteúdo em si. Como não tive o ensino médio regular, muita coisa era novidade, coisas que eu já deveria saber. O primeiro semestre foi desesperador e decisivo. Se eu conseguisse passar, eu conseguiria me formar”, conta.

Conseguiu superar o primeiro semestre e, mais, encontrou um rumo para a sua trajetória universitária e de vida - um cartaz chamando alunos para trabalhar com socioeducação. “Eu sabia o que era aquilo, tinha vivido na pele”, disse, “e aí fui atrás da professora responsável. Na semana seguinte já estava dentro do projeto, numa unidade de internação, em oficinas de ciências, e esse foi somente o primeiro passo. A partir disso, decidi participar de várias atividades neste meio socioeducativo”, complementa.



Ravena: fé na juventude

Foto: Katia Maia

“**Ele (o professor) falou para mim que um dia veria meu nome na Universidade de Brasília (UnB) e eu dizia que não acreditava nisso, começava a rir**”

Ravena Carmo

Ravena começou a dar palestras com a autoridade e a experiência de quem esteve no sistema e retornou como educadora. “Eu tinha as duas visões”, acrescenta. Desde então, a jovem fala de sua vida - e assim já se passaram três anos e meio.

Agora, prestes a se formar, plano é o que não falta na vida dela: seu TCC será sobre socioeducação dentro de uma Unidade de Internação. Ela também pretende desenvolver um projeto com o Hip Hop, para mediar conflitos dentro das unidades. “Eu acredito muito na juventude. Acho que eles não sabem que dentro deles vivem guerreiros e guerreiras e, quando descobrem isso, às vezes, precisam de alguém que diga: cara, você dá conta!”, garante.

“Muitos jovens, como aconteceu comigo, acreditam que têm apenas o caminho do crime, não conhecem outro. Mas a educação e a cultura são alguns deles. Existem outras possibilidades de ir para frente quando tudo desaba. Eu gosto muito de falar da minha história. Eu tinha tudo para dar errado. Só que encontrei na educação outro rumo. Casos como o meu não têm de estar nas exceções, mas na regra. A gente está tentando mudar”, conclui.

Abayomi: aquela que traz felicidade

Por Amanda Vieira e Katiane Ribeiro

Sem costura alguma. Feitas apenas de nós ou tranças em tecido 100% algodão, sem demarcação de olhos, nariz nem boca, vão surgindo as bonecas Abayomi.

A palavra é de origem Yorubá e significa “aquela que traz felicidade e alegria”. O nome é comum na África do Sul e no Brasil. De acordo com os Griots, contadores de histórias de alguns povos africanos, em certas tribos havia o costume de confeccionar Abayomis como amuletos de proteção espiritual.

Conta-se também que, mais tarde, em determinado período da escravidão, as mulheres faziam as bonecas para as crianças brincarem. Os trançados feitos quando das confecções das bonecas reafirmam a resistência das mulheres negras que durante a confecção iam contando histórias dos antepassados.

Inspirada pela tradição da arte histórica das múltiplas etnias africanas, a artesã e arte-educadora Cláudia Muller, natural de Belém do Pará, desenvolveu o projeto Matintah Pereira. A iniciativa produz versões próprias de bonecas Abayomi e promove oficinas tanto para ensinar o processo de criação quanto para discutir a importância histórica e social em torno das bonecas.

Sustentável - O nome do projeto vem de uma lenda da floresta: Matintah é uma feiticeira anciã de trajes negros e esfarrapados, sábia conhecedora da flora medicinal.

“Nossa missão é produzir um artesanato singular, sustentável, capaz de comunicar diretamente com o coração das pessoas. As bonecas unem tradições afro-brasileiras e paraenses: são poesias de pano, vestidas de retalhos floridos, multicoloridos, cheirando à Floresta Amazônica, pois recebem gotas de essências da floresta”, ressalta Muller.

Também são usados corantes naturais à base de

pigmentos extraídos de cascas, folhas, flores e sementes da Amazônia. De acordo com a artesã, o objetivo do projeto, realizado em Santos (SP), é evidenciar a memória e a identidade popular, valorizando a diversidade cultural da terra brasileira.

“Nas oficinas, enquanto o público dá forma às suas pequenas bonecas e aprende a técnica de trançados e nós, também rememora a trajetória de seus antepassados e lida com o mosaico de matrizes e histórias que cada brasileiro carrega dentro de si”, conclui.



Cláudia Muller, idealizadora do projeto Matintah Pereira

Foto: Roberto Strauss



Na internet há diversos vídeos com tutoriais que ensinam a fazer as bonecas. Confira um deles: www.youtube.com/watch?v=iDSLwltva0

Fuja do perigo: 4 aplicativos que combatem a violência contra a mulher

No Brasil são mais de 2 mil registros de violência todos os dias, segundo a Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Confira alguns aplicativos (*apps*) que ajudam a denunciar a violência doméstica e sexual contra as mulheres.

Clique 180

Lançado em maio de 2014, o *app* foi desenvolvido pela ONU Mulheres com o apoio da Embaixada Britânica. Além do acesso direto à Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), o aplicativo detalha a Lei Maria da Penha.

Chega de Fiu Fiu

Funciona como um mapa dos locais onde a violência ocorreu. A mulher que passa por algum assédio (verbal ou físico) tem a possibilidade de, anonimamente, marcar num mapa compartilhado o local do ocorrido.

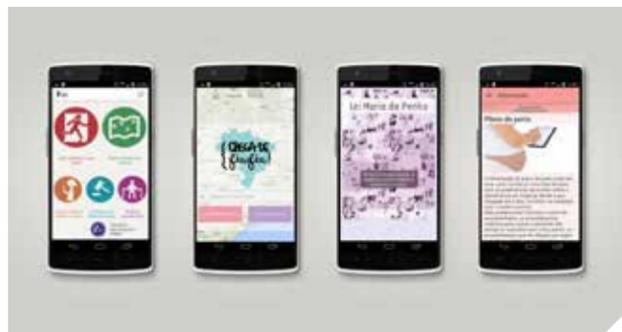


Foto: Divulgação

Lei Maria da Penha

Reúne informações sobre as leis e direitos das mulheres que sofrem violência doméstica e sexual.

Parto Humanizado

O aplicativo tem como principal objetivo informar sobre o que é violência obstétrica.

Batalhas de versos (Slam)

Em novembro de 2016, a Flupp (Festa Literária das Periferias), no Rio de Janeiro, sediou o primeiro campeonato de poesia falada internacional da América Latina, o Rio Poetry Slam. A competição recebeu 'slammers' de 16 países diferentes e teve como campeã a poeta paulistana Mel Duarte, autora do livro "Negra Nua Crua" (ver poesia na contracapa desta revista). O slam é um campeonato de poesia, criado nos anos 1980, em Chicago (EUA), que chegou ao Brasil nos anos 2000. Os participantes têm até três minutos para apresentarem sua performance - uma poesia de autoria própria. O texto pode ser improvisado ou escrito previamente. Não há regras sobre o formato da poesia.



Foto: www.publico.pt

Contra Trump, Marcha das Mulheres toma as ruas de Washington

"Nós representamos forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do heteropatriarcado de levantar-se novamente". Foi com esse incentivo que a filósofa e ativista Angela Davis, na Marcha das Mulheres [Women's March] contra Donald Trump, abriu seu discurso no dia 21 de janeiro de 2017, em Washington (EUA). Davis conclamou a multidão a lutar por "um feminismo inclusivo e interseccional, que convoca todos à resistência contra o racismo, a islamofobia, ao antissemitismo, a misoginia e a exploração capitalista". Os manifestantes marcharam para mostrar a Trump que há nos Estados Unidos quem não está de acordo com a agenda ultraconservadora do seu governo. Após a marcha, as ativistas dos EUA publicaram um chamado para uma greve geral internacional das mulheres neste próximo 8 de março.

Sugestões de livros

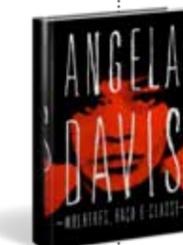
MEU CORPO NÃO É SEU - DESVENDANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

» Divulga pesquisa do IPEA de 2014 que trouxe dados chocantes sobre a percepção da população do país diante da violência sexual contra a mulher. Autor: Think Olga - Companhia das Letras, 2014.

MULHERES, RAÇA E CLASSE » Fundamental para se entender as nuances das opressões, o livro trata da escravidão e de seus efeitos, da forma pela qual a mulher negra foi desumanizada, e nos dá a dimensão da centralidade da questão racial. Além disso, a autora mostra o quanto é preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade. Autora: Angela Davis - Boitempo, 2016.

#MEUAMIGOSECRETO » Primeiro título da Coleção Hashtag, o livro dá continuidade aos debates sobre feminismo do mundo virtual e reúne artigos inéditos de integrantes do coletivo Não Me Kahlo, todos ligados por um objetivo em comum: a desconstrução do machismo. Autoras: Coletivo Não me Kahlo - Edições de Janeiro, 2016.

A GUERRA NÃO TEM ROSTO DE MULHER » Quase um milhão de mulheres lutaram no Exército Vermelho durante a Segunda Guerra Mundial, sem que as histórias delas fossem contadas. Neste livro, as vozes dessas mulheres ressoam de forma angustiante, em memórias que evocam frio, fome, violência sexual e a sombra onipresente da morte. Autora: Svetlana Aleksievitch - Companhia da Letras, 2016.



Sugestões de filmes

AQUARIUS » (Brasil, 2016, 2h25min.) Sonia Braga interpreta Clara, uma mulher em conflito com uma construtora que quer demolir o prédio onde ela mora. Ela se recusa a vender seu imóvel e não cede às intimidações e ameaças, mesmo que para isso seja taxada de louca, de velha chata ou barbaqueira.

AMOR POR DIREITO » (EUA, 2016, 1h 44min.) Laurel Hester (Julianne Moore) e Stacie Andree (Ellen Page) estão em um relacionamento sério. Porém, Laurel é diagnosticada com câncer terminal. A história aborda a luta para que Stacie receba os benefícios da pensão após a sua morte, só que as autoridades se recusam a reconhecer a relação homoafetiva.

FILHA DA ÍNDIA » (Reino Unido e Índia, 2015, 1h03min.) Em dezembro de 2012, um grupo de seis homens estupra a estudante de medicina Jyoti Singhe, de 23 anos, em um ônibus, em Nova Délhi. Dias depois ela morre no hospital por graves ferimentos internos. O documentário da diretora britânica Leslie Udwin aborda a história, as vidas e as mentalidades dos estupradores a quem a cineasta teve acesso, provocando uma reflexão sobre a sociedade.

Sugestão de vídeo

DOCUMENTÁRIO - NETFLIX: A MÁSCARA EM QUE VOCÊ VIVE (EUA, 2015)

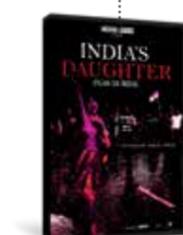
» "Isso é coisa de menina", "Homem não chora!". Os homens ouvem isso ao longo da infância e adolescência, mas quais as consequências desse tipo de educação? Neste documentário, a diretora Jennifer Siebel Newsom mostra como a ideia do macho dominante afeta psicologicamente crianças, jovens e, no futuro, adultos nos Estados Unidos.



Sugestões de sites e blogs

ENTRANHAS: PRODUÇÃO FEMININA DE ESQUERDA » O portal Entranhas abriga análises políticas escritas apenas por mulheres que expressam seus pontos de vista a partir da esquerda. O objetivo é estimular e fortalecer a visão das mulheres neste movimento. (www.entranhas.org)

MULHER NO CINEMA » O portal divulga e discute o trabalho das profissionais da indústria cinematográfica nacional e estrangeira. O objetivo é tanto dar voz às mulheres que fazem cinema quanto colocar o público em contato com o trabalho delas. (mulhernocinema.com)



- ➔ **DIVERSIDADE DE FAMÍLIAS** » Para debater sobre a diversidade de configurações de famílias, divida a turma em grupos e distribua revistas e jornais. Peça que recortem fotos de famílias e as coleem em uma cartolina. Solicite que analisem as imagens quanto aos arranjos familiares, aos padrões de famílias apresentadas, às semelhanças ou diferenças entre elas. O objetivo é entender que a família não é mais apenas aquela formada por um pai, uma mãe e um filho e que o amor vai muito além do tradicional.
- ➔ **DIVERSIDADE DE GÊNERO** » Desenhe um contorno de corpo masculino em tamanho natural numa folha de papel craft e, em outra folha, um corpo feminino. Após isso, divida a sala em dois grupos mistos. Entregue o corpo masculino para um dos grupos e o feminino para o outro. Estimule os alunos a escreverem algumas palavras referentes às funções dele para a vida do homem ou da mulher. Após isso, debata com a turma o que cada grupo trouxe para o homem e para a mulher e estimule uma reflexão crítica sobre traços da identidade de gênero que promovam a vulnerabilidade de meninos e meninas.
- ➔ **CONVERSA ENTRE GERAÇÕES** » Cada estudante deverá entrevistar de quatro a cinco pessoas de gerações diferentes, podem ser parentes (pais, mães, responsáveis, avós/avôs) e colegas de suas idades. A proposta é conhecer e refletir junto com os entrevistados de outras gerações o que eles/elas viveram de semelhante e de diferente em relação à geração da turma; que valores e comportamentos mudaram e quais permanecem.
- ➔ **DIREITOS HUMANOS** » Proponha em aula em que os estudantes pesquisem fatos e acontecimentos que remetam ao respeito ou à violação dos direitos humanos de mulheres, de negros e da população LGBT, em diferentes países, com uma atenção especial para as relações entre a cultura de um determinado país e as formas de governo. Após o debate com o material encontrado, peça que os estudantes formulem um artigo para uma lei fictícia a ser implantada no dia seguinte, referente à defesa dos direitos humanos.
- ➔ **SENTIR NA PELE A DIFERENÇA** » Forneça informações e textos para que os estudantes iniciem uma pesquisa sobre os padrões gráficos das pinturas corporais que mais lhes interessam. Estas podem ser de povos indígenas, africanos, ou ainda grupos urbanos. Os estudantes devem pesquisar o país e grupo étnico de origem, a época ou ritual em que a pintura é utilizada, seus significados e funções. Localizar expressões no corpo que demarcam diferenças culturais de cada grupo social.

EXPEDIENTE

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE - GESTÃO 2017/2021

Helena Araújo Filho (PE) - Presidente
 Marlei Fernandes (PR) - Vice-Presidente
 Rosilene Corrêa Lima (DF) - Secretária de Finanças
 Fátima Aparecida da Silva (MS) - Secretária Geral
 Roberto Leão (SP) - Secretário de Relações Internacionais
 Gilmar Soares (MT) - Secretário de Assuntos Educacionais
 Carlos Vieira (SC) - Secretário de Imprensa e Divulgação
 Rui Oliveira (BA) - Secretário de Política Sindical
 Marta Vanelli (SC) - Secretária de Formação
 Beatriz Cerqueira (MG) - Secretária de Organização
 Ivonete Almeida (SE) - Secretária de Políticas Sociais
 Isis Tavares (AM) - Secretária de Relações de Gênero
 Selene Michelin (RS) - Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários
 Gabriel Pereira Cruz (DF) - Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos
 Francisca da Rocha (SP) - Secretária de Saúde dos Trabalhadores em Educação
 Cleiton da Silva (SP) - Secretário de Assuntos Municipais
 José Christovam Filho (ES) - Secretário de Direitos Humanos
 José Carlos do Prado (SP) - Secretário de Funcionários da Educação
 Iêda Leal (GO) - Secretária de Combate ao Racismo

SECRETARIA EXECUTIVA

Edmilson Camargos (DF)
 Odeni de Jesus da Silva (PI)
 Manoel Rodrigues (RO)
 Ana Cristina Guilherme (CE)
 Rosana Souza do Nascimento (AC)
 Joaquim Juscelino Linhares (CE)
 Berenice D'Arc Jacinto (DF)
 Gírlene Lázaro da Silva (AL)
 José Valdivino de Moraes (PR)
 Luiz Carlos Paixão (PR)
 Cândida Beatriz Rossetto (RS)
 Raimundo Oliveira (MA)

SUPLENTES

Marco Antônio Soares (SP)
 Carlos de Lima Furtado (TO)
 Antônio Lisboa Amancio Vale (DF)
 Odisséia Carvalho (RJ)
 Veroni Salete Del Ré (PR)
 Marilda de Abreu Araújo (MG)
 Dóris Regina Nogueira (RS)
 Alessandro Souza Carvalho (CE)
 Ionaldo Tomaz (RN)
 Marilene dos Santos Betros (BA)
 Valéria Conceição da Silva (PE)
 Nelson Galvão (SP)
 Maria Marleide Matias (RN)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)
 Ornildo Roberto de Souza (RR)
 Ivaneia de Souza Alves (AP)
 Edson Rodrigues Garcia (RS)
 Antônia Benedita Costa (MA)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Edivaldo Faustino da Costa (PB)
 Francisca Ribeiro da Silva (PI)
 Fábio Henrique Matos (PI)

CNTE » SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106 » Brasília-DF » CEP: 70393-900
 Tel.: (61) 3225.1003 » Fax: (61) 3225.2685 » cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

Coordenação da Revista Matria: Isis Tavares Neves » Secretária de Relações de Gênero da CNTE

Redação e Edição: Frisson Comunicação

Direção Executiva: Ana Paula Messeder

Jornalista Responsável: Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

Edição: Amanda Vieira, Ana Paula Messeder

Revisão: Frisson Comunicação

Reportagem: Amanda Vieira, Kátia Maia, Katiane Ribeiro

Fotografia: Arquivo Matria

Ilustrações: Chico Régis

Projeto Gráfico: Noel Fernández Martínez

Editoração Eletrônica: Angelo Gabriel

Capa: Bruno Soares

Colaboração: Ana Paula Silva

Impressão: Gráfica Quality

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



[/cntebrasil](https://www.facebook.com/cntebrasil)



[@cnte_oficial](https://twitter.com/cnte_oficial)



<http://wn.com/cntecutec>



SRTVS - Q. 701 - Conj. L - No. 38 - Bloco 1 - Salas 622 e 624 - Ed. Assis Chateaubriand - Brasília-DF - CEP: 70340-906
 Fone: (61) 3964-8104 - www.frisson.com.br - atendimento@frisson.com.br

Menina melanina

Mel Duarte

A poeta paulistana Mel Duarte faz parte do coletivo "Poetas Ambulantes" e é uma das organizadoras do Slam das Minas-SP. Estreou na literatura em 2013, quando lançou o livro "Fragmentos Dispersos". Em 2016, apresentou sua poesia "Menina Melanina", do livro "Negra, Nua, Crua", no sarau da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). O vídeo dessa apresentação teve grande repercussão. No mesmo ano, Mel Duarte venceu o primeiro campeonato de poesia falada (slam) internacional da América Latina, o Rio Poetry Slam.

Passou por incertezas

Momentos de fraqueza

Duvidou se há beleza

No seus olhos escuros,

Seu cabelo encrespado,

Sua pele tom noturno,

Seu gingado erotizado.

Algumas por comodismo não se informam, nem vão atrás

Pra saber da herança que carregam, da força de seus ancestrais!

Preferem acreditar que o bom da vida é ter um belo corpo e riqueza

E que chegará ao ápice de sua carreira quando se tomar a próxima Globeleza.

Preta:

Mulher bonita é a que vai a luta!

Que tem opinião própria e não se assusta

Quando a milésima pessoa aponta para o seu cabelo e ri dizendo que ele está "em pé"

E a ignorância dessa coitada não a permite ver...

Em pé, armado,

Foda-se! Que seja!

Pra mim é imponencial

Porque cabelo de negro não é só resistente,

É resistência.

Me aceitei, quando endredei

Já são 9 anos de cultivo e paciência

E acertei quando neguei

Esse padrão imposto por uma mídia de uma sociedade que não pensa.

Preta, pretinha

Não ligue pro que dizem essas pessoas,

E só abaixe a tua cabeça

Quando for pra colocar a coroa.



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Filiada à
CUT
BRASIL



CEA
Internacional
da Educação